

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

RAFAELA DAL BELLO BIANCON

**A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E A
QUESTÃO DA PALESTINA**

BAURU
2015

RAFAELA DAL BELLO BIANCON

**A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E A
QUESTÃO DA PALESTINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. Ma. Roberta Cava.

**BAURU
2015**

Biancon, Rafaela Dal Bello

B578o

A Organização das Nações Unidas e a questão da Palestina / Rafaela Dal Bello Biancon. -- 2015.

77f. : il.

Orientadora: Profa. Ma. Roberta Cava.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade do Sagrado Coração – Bauru – SP.

1. Israel. 2. Palestina. 3. Conflito. 4. Organização das Nações Unidas. I. Cava, Roberta. II. Título.

RAFAELA DAL BELLO BIANCON

**A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E A QUESTÃO DA
PALESTINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração como parte dos requisitos para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. Ma. Roberta Cava.

Banca examinadora:

Profa. Ma. Roberta Cava
Universidade do Sagrado Coração

Profa. Ma. Beatriz Sabia Ferreira Alves
Universidade do Sagrado Coração

Prof. Me. Fabio José de Souza
Universidade do Sagrado Coração

Bauru, 10 de dezembro de 2015.

Dedico com muito carinho este trabalho
aos meus pais, Rivaldo e Nilza.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado força para que este trabalho fosse concluído; à Profa. Ma. Roberta Cava, pela sua orientação e incentivo; aos meus pais Rivaldo e Nilza, por me apoiarem nesta etapa da vida; aos meus irmãos pelo incentivo; ao meu namorado, pela paciência e por ter me ajudado na elaboração desta pesquisa; às minhas amigas e colegas de classe que fizeram parte da minha formação.

RESUMO

O conflito entre árabes palestinos e os judeus ocorre há anos. A decisão a respeito de quem tomaria posse do território palestino foi determinada pela Resolução 181 apresentada pela Organização das Nações Unidas em 1947. A partir de então, o povo árabe começou a perder espaço para os judeus no momento em que a Organização resolveu que a melhor solução para ambos os lados seria dividir a Palestina em dois territórios. A partilha do território beneficiou ambos os lados, mas não por muito tempo. Assim que o Estado de Israel – território judeu – foi declarado, estes começaram a invadir a área dos árabes, que foram perdendo espaço e, que resultou em uma grande onda de refugiados. Os palestinos que ficaram, hoje vivem em pequenos territórios superpopulosos. A Organização das Nações Unidas age de forma a conter esse conflito e busca uma solução; todavia, possui uma não eficácia em sua atuação. O presente trabalho propõe analisar o cenário exposto, utilizando como principais referenciais Aura Rejane Gomes, Lorena Estrela de Senna, Ney Vilela e Michel Treignier, que trazem o contexto histórico e a análise do mesmo. Através da perspectiva de Edward Said propõe-se refletir a respeito de uma possível resposta para o descaso para com o povo do Oriente Médio, recorrendo à exposição das resoluções das Nações Unidas referentes à partilha do território palestino.

Palavras-chave: Israel. Palestina. Conflito. Organização das Nações Unidas.

ABSTRACT

The conflict between Arab and Palestinians has been happening for years. The decision regarding who would take over the Palestinian territory was determined by Resolution 181 presented by the United Nations in 1947. Since then, the Arab people started to lose space for the Jews at the moment the Organization decided the best solution for both sides would be to divide Palestine in two territories. The partition of the territory benefited both sides, but not for long. As soon as the state of Israel – Jewish territory – was declared, they started invading the area of the Arabs, who were losing space, which resulted in a great wave of refugees. The remaining Palestinians live in small overpopulated territories. The United Nations act in a way as to contain this conflict and looks for a solution, however, it is not efficient in its performance. The present work proposes to analyze the given view, using as its main references Aura Rejane Gomes, Lorena Estrela de Senna, Ney Vilela and Michel Treignier, who bring the historic context and its analysis. Through the perspective of Edward Said it is suggested to ponder about a possible answer to the negligence regarding the people of the Middle East, resorting to the exposure of United Nations resolutions regarding the division of the Palestinian territory.

KeyWords: Israel. Palestine. Conflict. United Nations Organization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Migrantes judeus.....	19
Figura 2 - Partilha da Palestina proposta pela ONU em 1947.....	40
Figura 3 - Famosa foto que representa a paz entre os palestinos e os judeus.....	52
Figura 4 - A perda de território palestino.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Auto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ANP	Autoridade Nacional Palestina
AZEC	American Zionist Emergency Council
EUA	Estados Unidos da América
OLP	Organização para a Libertação da Palestina
ONU	Organização das Nações Unidas
OSM	Organização Sionista Mundial
UNSCOP	Comitê Especial das Nações Unidas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O CONTEXTO HISTÓRICO DO CONFLITO ENTRE OS JUDEUS E OS PALESTINOS DO INÍCIO DO SÉCULO XX ATÉ O GOVERNO TRUMAN .	15
2.1	O MOVIMENTO SIONISTA	16
2.2	A ATUAÇÃO DE THEODOR HERZEL	18
2.3	A DECLARAÇÃO DE BALFOUR	20
2.4	O SISTEMA DE MANDATOS	21
2.5	O MANDATO DA GRÃ-BRETANHA.....	22
2.6	A CRIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.....	25
2.7	A AÇÃO SIONISTA NOS ESTADOS UNIDOS.....	25
2.7.1	A administração de Roosevelt	28
2.7.2	A administração de Truman	29
2.8	A POLÍTICA SIONISTA E A SUA NÃO PREOCUPAÇÃO COM A SITUAÇÃO DOS JUDEUS	33
3	OS GOVERNOS A SERVIÇO DOS SIONISTAS, A PARTILHA DA PALESTINA E AS CONSEQUÊNCIAS PÓS-PARTILHA	35
3.1	A UNSCOP.....	36
3.1.1	As conclusões da UNSCOP	37
3.2	O PLANO DE PARTILHA	39
3.2.1	A compra de votos	41
3.3	A TENTATIVA SE SUSPENSÃO DA PARTILHA E O RECONHECIMENTO DO ESTADO DE ISRAEL.....	42
3.4	OS CHOQUES PÓS PARTILHA	44
3.4.1	A Guerra de Suez	46
3.4.2	A Criação da Organização para Libertação da Palestina e a Guerra dos Seis Dias	47
3.4.3	A Guerra do Yom Kippur	49
3.4.4	A Primeira Intifada	50
3.4.5	O Tratado de Oslo	51
<i>3.4.5.1</i>	<i>O insucesso do Acordo de Oslo</i>	53
3.4.6	A Segunda Intifada	54
3.5	A SITUAÇÃO ATUAL DOS PALESTINOS	56

4	A AÇÃO INTERNACIONAL NO CONFLITO ISRAEL-PALESTINO	58
4.1	A AVERSÃO AO OCIDENTE SEGUNDO EDWARD SAID	58
4.2	A NÃO EFETIVIDADE DAS RESOLUÇÕES.....	61
4.2.1	A Resolução 181 da Assembleia Geral	62
4.2.2	A Resolução 194 da Assembleia Geral	64
4.2.3	A Resolução 242 do Conselho de Segurança	66
4.2.4	Análise das Resoluções das Nações Unidas	67
4.3	A ADMISSÃO DA PALESTINA NA ONU.....	67
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
	REFERÊNCIAS	75

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende contribuir com a literatura em Relações Internacionais, ao propor uma discussão a respeito de um dos conflitos do Oriente Médio, um dos mais antigos e mais relevantes do cenário internacional. A ocupação do território palestino pelo Estado de Israel, a ação internacional de alguns países perante o conflito e a omissão de um dos principais órgãos internacionais que tem como premissa garantir a paz e a segurança internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU), são temas contemplados por esta pesquisa.

Para entender os primórdios do embate entre as partes, seria necessário remeter à Bíblia, pois o confronto começou nos tempos de Abraão. Entretanto, a análise utilizada na pesquisa será somente a partir do começo do século XX, quando começou a fortalecer-se o movimento sionista.

Os participantes do movimento sionista eram judeus residentes na Europa que sofriam com o antissemitismo. Estes tinham como propósito voltar à terra considerada sagrada por seus ancestrais, que se encontrava localizada na Palestina, local dominado por árabes que lutavam pela independência da região.

O movimento sionista foi se tornando cada vez mais forte conforme adquiria apoio de países de grande relevância para a época. Eles procuravam obter apoio para criarem um Estado judeu em terras palestinas. No entanto, os árabes palestinos não concordavam com isso e essa questão gerou muita discussão e pequenos conflitos entre as partes. Mais tarde, como nada foi resolvido, ficou a cargo da Organização das Nações Unidas apresentar uma solução.

O cerne deste trabalho enfatiza o momento em que a Palestina estava sob posse dos ingleses e estes optaram entregar à ONU a responsabilidade de decidir sobre o futuro do local. Com isso, em 1947, em uma reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, ficou determinado que a melhor solução para o caso seria partilhar o território e criar dois Estados, um Estado para os palestinos e um Estado para os judeus, ou melhor, dizendo, Estado de Israel. Esta foi a solução considerada saudável pelos membros da ONU; todavia, não é o que veremos no decorrer da pesquisa.

Tal decisão deu origem a uma série de densos conflitos que veio se agravando durante as últimas décadas, uma vez que o Estado de Israel, que, após

vários combates, adquiriu terras pertencentes aos palestinos e estes tiveram que se refugiarem em outras localidades.

Antes da fundação do Estado de Israel, em 1948, o novo país obtinha o apoio dos Estados Unidos da América, visto que era mais vantajoso para os norte-americanos apoiar o Estado judeu do que Estado Palestino, que nem chegou a se concretizar. De fato, se o presidente dos EUA da época, Truman, fosse a favor do Estado de Israel, poderia então contar com os votos dos judeus residentes nos EUA nas próximas eleições.

Também será apresentada no trabalho uma organização de extrema importância aos palestinos e que visa apoiá-los; assim, é oportuno apresentar a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), criada em 1964, que necessita ser abordada, pois representa o povo palestino, luta pela independência destes e pelo território ocupado por Israel.

Logo mais, serão expostos os pressupostos de Edward Said sobre a perspectiva do Ocidente em relação ao Oriente, uma reflexão que pode ser a resposta para que os países do Ocidente não reajam diante da constante luta entre os judeus e os palestinos.

A ONU, órgão que definiu a partilha da Palestina e que não teve sucesso em obter um acordo entre as partes, também determinou algumas resoluções para que fosse implantada a paz no local. No entanto, como ficou a cargo do Conselho de Segurança da ONU implementar essas resoluções, nada foi feito. Esta instituição, juntamente com seus membros, tem como objetivo garantir a paz e a segurança internacional, bem como zelar pelos Direitos Humanos, no entanto, esta ainda não encontrou um meio para fazer com que ambas as partes cheguem a um acordo definitivo.

Igualmente, há um descaso por parte da comunidade internacional em relação ao conflito palestino. Ao final da pesquisa, veremos que a ONU apresenta soluções para o fim do conflito, mas países com poder de veto no órgão não se movem para pôr as resoluções em prática. O motivo disso deve-se ao fato de que não há nenhum interesse particular para atuar dessa maneira, político ou econômico. O único interesse seria o social, mas não possui muita relevância. Além de tudo, os Estados Unidos são a favor do Estado de Israel e, isso faz com que alguns países não se posicionem contrariamente à opinião norte-americana. Nesse sentido, cabe inclusive lembrar que até hoje os palestinos não prestigiaram de

nenhum apoio internacional como os israelenses. Além de ser um povo sem ajuda e sem apoio internacional, não desfrutam nem de um Estado próprio, somente possuem um território que não é reconhecido como soberano.

Hoje visualizamos uma Palestina cada vez mais abalada pelo conflito entre os judeus e os palestinos, bem como vemos uma divisão totalmente desigual da que foi proposta pela ONU, visto que os Estado de Israel anexou uma grande parte do território que deveria pertencer ao Estado Palestino.

O trabalho abordará, ainda, a situação em que a região se encontra atualmente, em que cada vez mais palestinos se refugiam em outras localidades como em países mais próximos, que estão abertos para amparar e abrigar esse povo. Geralmente, presenciamos conflitos entre as partes, conflitos que surgem devido a uma nova vítima e que dá origem a um pequeno combate, mas que faz muito estrago no pequeno espaço que ainda resta aos palestinos.

Por possuir a cidade de Jerusalém, a Palestina foi e sempre será considerado um lugar de extrema importância para algumas religiões com a católica, a judaica e a muçulmana. A pesquisa não tem como propósito apresentar uma real solução para o conflito existente, visto que não há um diálogo entre as partes e parece estar muito longe de ser encontrada uma saída. Mas uma boa hipótese seria a reestruturação da ONU, questão que veremos no final do trabalho.

A Palestina, por algum motivo, foi o único território que não conseguiu se tornar independente após a Segunda Guerra Mundial, apesar de territórios como o do Iraque e Jordânia conseguiram tal feito. Dessa forma, a monografia conta com um referencial histórico para apresentar as várias guerras que ocorreram após a divisão da Palestina. Essas guerras permitiram ao Estado de Israel tomar posse de novos territórios, tornando-se assim, senhor de novas terras. Por volta de 1948, os israelenses já haviam ampliado seu território cerca de 40% do que foi previsto na partilha.

Com base neste contexto, a pesquisa tem como propósito responder a seguinte questão: quais motivos impedem a ONU de apresentar uma possível solução ao conflito palestino? Por enquanto, há apenas duas hipóteses para essa pergunta. A primeira é que não há nenhuma motivação para os Estados membros da Organização articularem o conflito, já que não vão ganhar nada com isso, não existe nenhum benefício político ou econômico. Já a segunda hipótese é a de que

nenhum ator internacional quer ir contra a vontade dos Estados Unidos, que são a favor de Israel.

A pesquisa visa compreender os motivos que impedem a ONU de interferirem no local. Se os palestinos tivessem tido a mesma oportunidade de se expandirem como o Estado de Israel teve desde o começo de sua criação, e também tivessem um parceiro internacional de grande relevância como os Estados Unidos, ou se a ONU os apoiassem para se desenvolverem desde a divisão, talvez não existisse essa desigualdade que as partes se encontram hoje. Assim, a Palestina teria uma oportunidade para se desenvolverem e eventualmente, seria um país soberano e com alguma importância nas relações internacionais da sociedade mundial. Contudo, seria necessária uma maior atenção dos atores internacionais para tudo o que vem ocorrendo no território da Palestina, bem como o território ocupado pelos judeus.

Em razão deste contexto, no primeiro tópico falaremos sobre os embates entre os judeus e os palestinos do início do século XX até o apoio do governo Truman na causa sionista. No segundo tópico abordaremos a partilha do território palestino proposta pela ONU e os conflitos que surgiram desde então. Já no terceiro tópico apresentaremos a opinião de Edward Said, que foi abordada acima, as resoluções deferidas pela ONU e o pedido do presidente da Autoridade Nacional Palestina às Nações Unidas para a adesão da Palestina como membro da instituição.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO DO CONFLITO ENTRE OS JUDEUS E OS PALESTINOS DO INÍCIO DO SÉCULO XX ATÉ O GOVERNO TRUMAN

O embate entre os judeus e os palestinos ocorre há anos. Desde os tempos bíblicos existem discórdias entre os povos, mas foi no início do século XX que tal conflito se fortaleceu devido a um projeto de judeus sionistas de colonizar o território palestino. O projeto veio a se concretizar, o que gerou hostilidade por parte dos povos árabes, não somente da Palestina, mas de países árabes da região.

Tal projeto sionista teve como propósito construir um Estado soberano aos judeus que sofriam repressão de alguns povos europeus, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial. O plano sionista abrangeu o mundo árabe e tornou-se um conflito internacional e, “foi originado por uma contradição fundamental na política externa da Grã Bretanha, durante a Primeira Guerra Mundial e durante seu Mandato sobre a Palestina” (GOMES, 2001, p. 19).

Em 1917, os britânicos assumiram um compromisso com a Organização Sionista Mundial (OSM) de darem seu apoio ao estabelecimento de um lar aos judeus. O apoio foi formalizado em uma carta que se chamou Declaração de Balfour. A partir deste episódio, os sionistas começaram a buscar por apoio internacional para alcançarem seus objetivos. (GOMES, 2001).

Em 1922, a Liga das Nações aprovou um acordo que ficou conhecido como Sistema de Mandato. Este previa que nações mais desenvolvidas da Europa iriam administrar os territórios do Império Otomano até o momento de se tornarem independentes. Deste modo, ficou decidido que a Palestina ficaria sob mandato da Grã-Bretanha.

Os dois compromissos assumidos pela Grã-Bretanha foram totalmente contraditórios. O Sistema de Mandatos previa a autodeterminação dos povos (especificamente dos árabes), e a Declaração de Balfour apoiava a criação de um Estado judeu. Assim, as políticas britânicas passaram a apoiar os objetivos dos dois povos, como veremos mais adiante.

Após essa contradição, sem que o governo britânico apoiasse totalmente os propósitos sionistas, estes se engajaram a conquistar apoio dos EUA para a causa sionista. Essa ação pode ser percebida durante dois governos norte-americanos: o do presidente Roosevelt e do presidente Truman. Como na época havia muitos judeus nos EUA, ambos os presidentes foram pressionados pelos sionistas para

obterem apoio em sua causa, e se assim não fosse feito, poderiam perder as eleições sem o voto dos judeus. No entanto, Roosevelt sempre procurou ser neutro, pois sabia a importância da relação amigável com os árabes ao seu país. Truman também tentou ser neutro ao assumiu o poder após o falecimento de Roosevelt, porém, cedeu às pressões sionistas e foi a favor da partilha do território palestino durante uma reunião da ONU em 1947.

É de extrema importância abordar que a ONU ficou encarregada de decidir o futuro da Palestina após a Grã-Bretanha desistir de seu mandato no local. Entretanto, esse tema só será abordado no capítulo 3.

2.1 O MOVIMENTO SIONISTA

A palavra “sionismo” surgiu em torno de 1890 e diz respeito a Sion, “colina de Jerusalém sobre a qual foi construído o primeiro templo, e que simboliza a Terra Prometida” (MASSOULIÉ, 1994, p. 45). O movimento sionista é considerado pelos judeus o retorno à terra de seus antecedentes, denominada Palestina, que almeja restabelecer uma autonomia política ao povo judaico. A construção de um Estado judeu na Palestina se fez principalmente devido a fuga das perseguições europeias que estes sofreram ao longo da história, mas que se intensificou durante as duas Guerras Mundiais.

Três homens são considerados os fundadores do sionismo, Moisés Hess (1812-1875) – tornou-se precursor do sionismo através de suas obras sobre autoemancipação dos judeus –, Leon Pinsker (1821-1891) – acreditava que o problema da perseguição judaica só poderia ser resolvido se os judeus alcançassem a igualdade de direito –, e Theodor Herzl (1860-1904) – veremos mais adiante a sua contribuição –. Estes perceberam que a idealização da emancipação entre os judeus da Europa ocasionou nos europeus nacionalistas reações racistas, alegando que os judeus eram exploradores e apátridas. Devido a isso, Hess, Pinsker, Herzl, estabeleceram um projeto para instaurar a soberania política dos judeus e que retornariam à terra sagrada de seus antecedentes (VILELA, 2004).

O sionismo foi intensamente marcado pelo cenário em que ocorreu o antissemitismo¹ europeu e, foi um dos motivos que fortaleceu a justificativa dos judeus de colonizarem a Palestina, território pertencente ao povo árabe. Vilela observou que os judeus, ao almejarem construir Israel, não tinham como pretensão serem contra os árabes palestinos, mas sim contra um povo – intitulado de Ocidente – que os perseguia e os rejeitava.

O problema é que, para os árabes que moravam na palestina, era impossível visualizar as referências culturais e políticas europeias que moviam os judeus. Se nós nos colocarmos dentro das perspectivas dos palestinos será fácil entender que eles não podiam senão rejeitar o movimento sionista, considerando-os estrangeiro e colonialista. (VILELA, 2004, p. 115).

Esta observação leva-nos a refletir que os judeus, ao almejarem uma vida longe da perseguição europeia, não queriam prejudicar os árabes, porém estes os consideravam uma ameaça à sua gente, que os viam como colonizadores. Segundo a análise de Vilela (2004), o sionismo foi criado para a libertação do povo judaico contra as ações antissemita ocidental, e os árabes – que habitavam a palestina há séculos –, não aceitavam a invasão de seus territórios.

Contudo, foi em razão do antissemitismo os judeus quiseram sair da Europa e é com esse contexto que os sionistas começam a reivindicar pelo território palestino. Tal comunidade religiosa já tinha como pretensão voltar à terra considerada sagrada por sua religião, porém, em consequência da perseguição sofrida pelo Ocidente, surge um incidente no qual, dois povos distintos acabam se chocando em torno de um território.

O princípio de libertação sionista contra a perseguição antissemita do Ocidente irá suceder-se no Oriente e o conflito se resumirá em uma “ocupação efetiva, simbólica e política por um grupo humano de um território já habitado por outro grupo humano” (MASSOULIÉ, 1994, p. 47).

¹Neste contexto, ao qual estamos abordando, o antissemitismo era conhecido como rejeição e ódio ao povo judaico praticado por povos europeus.

2.2A ATUAÇÃO DE THEODOR HERZEL

Um dos líderes sionistas, Theodor Herzl, nascido em 1860, na cidade de Budapeste, Hungria, foi o fundador do sionismo moderno e ofereceu as bases para a criação do Estado judeu. Recebeu educação judaica desde criança e quando mais velho, decidiu se dedicar à escrita. Em 1891, tornou-se correspondente do jornal *Neue Freie Presse* em Paris, e graças ao seu trabalho, começou a se deparar com o antissemitismo na França. Logo mais, após compreender o problema judaico, percebeu que isso só se resolveria através de uma solução política. Acreditava que se um Estado para o povo judeu fosse estabelecido, os problemas desse grupo seriam resolvidos e chegariam ao fim do antissemitismo. Após escrever um livro com uma visão sionista e sobre o propósito de um Estado judeu, muitos rejeitaram o seu ideal, mas a comunidade judaica aprovou. Com esse apoio, começou a trabalhar para que seu objetivo se tornasse realidade (THEODOR..., [c2015]).

Em 1896, chegou a negociar com o governo da Argentina a possibilidade de comprar um território – que na época estava despovoado – da Patagônia, para criar um Estado aos judeus. Do mesmo modo, Uganda foi uma hipótese para a consolidação do Estado judaico. As negociações fracassaram, pois os judeus que iriam fornecer capital para comprar determinados locais idealizavam construir o Estado somente em terras palestinas, onde seus ancestrais costumavam viver. Entretanto, Herzl não recebeu apoio dos judeus ortodoxos², pois julgaram os atos sionistas como um caráter mais nacionalista do que religioso, da mesma forma que consideraram uma ofensa à identidade judaica visto que era um projeto político e não voltariam à Terra Prometida sem o comando de um Messias (VILELA, 2004).

Em 1897, em um Congresso Sionista realizado em Basileia, na Suíça, foi criada a Organização Sionista Mundial (OSM), e Herzl foi eleito o primeiro presidente da instituição. Com determinado poder, definiu que os judeus deveriam criar na Palestina um lar. O plano sionista sofreu muitas críticas de judeus residentes na Europa, pois esses judeus – donos de terras, negócios, reservas monetárias e outros – acreditavam que a transferência de seus bens e pessoas dos Estados europeus para a Palestina era um projeto de desapropriação criado pelos governos europeus.

²Judeus ortodoxos são os mais tradicionalistas e seguem todas as leis e costumes do judaísmo.

Herzel morreu antes de ver a realização de seu objetivo se tornar realidade, em 1904, mas outros judeus continuaram a trabalhar com o seu propósito.

O sionismo só foi reconhecido pelos judeus devido à sequência de perseguições e massacres que estes sofreram com a ascensão do nazifascismo na Segunda Guerra Mundial. Foi com a aniquilação de milhões destes em campos de concentração que fez com que o público judaico aceitasse as propostas sionistas.

Ao migrarem para a Palestina, os judeus disseram estar levando aos palestinos a civilização e o progresso. Na perspectiva de Vilela (2004), iniciaram uma aproximação hostil, julgando que estes não eram civilizados e não tinham capacidade de progredir, adotando uma conduta preconceituosa contra os árabes. Com isso, os judeus expulsos pelo antissemitismo europeu acreditavam estarem solucionando seus problemas, mas não perceberam que estavam criando um novo com o povo árabe.

Como muitos pensam, não foi o comportamento de Hitler que levou os judeus a migrarem para a Palestina, mas sim a perseguição antissemita. Nesse sentido, Gomes (2001) afirma que, nos últimos anos do século XIX, os primeiros judeus da Europa chegaram ao território palestino, o qual era pertencente ao território do Império Otomano³. Dessa forma, os árabes receberam os judeus com hostilidade e foi no fim da década de 1880 que surgiram os primeiros desacordos por conta da obtenção de água e terras férteis.

Abaixo, a Figura 1 mostra que durante o período de perseguição aos judeus na Europa Ocidental, muitos emigraram para vários países:

Figura 1 - Migrantes judeus

Migrantes judeus de acordo com os países de imigração (em milhares)

Ano	EUA	Canadá	Argentina	Brasil	Afr. Sul	Palestina	Outros	Total
1840-1880	200	1,6	2	0,5	4	10	3	221
1881-1900	675	10,5	25	1	23	25	5	764,5
1900-1914	346,4	95,3	87,6	8,75	21,3	30	13	602,4

Fonte: Gomes (2001, p. 13).

³ Império Otomano foi um território que pertenceu aos turcos entre 1299 a 1922.

Ainda sobre a questão da migração, Vilela reforça que os judeus sempre estiveram na Palestina, nunca se ausentaram da história do local, porém foram sempre a minoria:

[...] as velhas comunidades de judeus, construídas sobre alicerces religiosos, concentravam-se em torno das cidades de Jerusalém, Hebron, Safed e Tiberíades. Possuíam, em 1882, 24 mil indivíduos, numa região onde também moravam 600 mil árabes. Eram, portanto, apenas 4% da população da Palestina (VILELA, 2004, p.118).

Nota-se, então, que os árabes ficaram em alerta com a chegada dos primeiros judeus sionistas europeus, pois estes compravam terras e convidavam colonos judeus para trabalharem nelas. Desta maneira, os árabes perceberam que assim seriam desalojados e se sentiram rejeitados em relação às ações praticadas pelos judeus que ali chegavam.

2.3 A DECLARAÇÃO DE BALFOUR

Tal cenário ganhava cada vez mais a atenção da comunidade internacional.

Em 02 de novembro de 1917, uma carta emitida pelo ministro do Exterior britânico, o Sr. Arthur Balfour, ao Lorde Rothschild – banqueiro inglês – expressava o apoio da Grã Bretanha ao estabelecimento de um Estado aos judeus na Palestina. A carta apoiava o projeto sionista e ficou conhecida como a Declaração de Balfour. Eis o principal trecho da carta:

O governo de Sua Majestade considera favoravelmente o estabelecimento na Palestina de um "Lugar Nacional" para o povo judeu, e se esforçará em tudo que seja possível para facilitar a consecução deste objetivo, ficando claramente entendido que não se fará nada que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judias existentes na Palestina, ou os direitos e o estatuto político de que gozam os judeus em qualquer outro país (ZUCCHI, 2014).

Neste trecho da Declaração de Balfour, pode-se perceber que a Grã Bretanha dará seu apoio à criação de um Estado judaico ao mesmo tempo em que afirma que não prejudicará a população árabe palestina. No entanto, essa declaração não foi proferida de modo adequado, visto que é impossível apoiar um lado sem ferir o outro.

A Declaração de Balfour originou revolta aos árabes, uma vez que foi contraditória ao fato ocorrido em 1915, onde o comissário britânico McMahon comprometeu-se em ajudar a criar um lar aos árabes palestinos. Todavia, sempre há algum interesse por trás de uma contribuição. Alguns dirigentes britânicos acordavam com o projeto sionista, pois assim poderiam encontrar uma solução ao problema que os judeus sofriam em muitos países europeus, a perseguição.

É claro que também havia interesses econômicos e geopolíticos. Os britânicos consideravam relevante a criação de um Estado consistente e ocidental próximo ao Canal de Suez, que, após o início da Primeira Guerra Mundial, passou a ter uma grande importância econômica e estratégica já que a maioria do petróleo – que abastecia os equipamentos bélicos durante a guerra – produzido no Oriente Médio passava pelo local (VILELA, 2004).

A Declaração de Balfour não será coerente com o acordo do Sistema de Mandatos, aceito pelo governo da Grã-Bretanha, e realizado pela Liga das Nações.

2.4 O SISTEMA DE MANDATOS

Em 1918, a Palestina passou a ser administrada pela Grã-Bretanha, “quando o General Allenby, comandante do Egyptian Expeditionary Force⁴, ocupou as ex-províncias da Palestina otomana” (GOMES, 2001, p. 23).

Em 1922, com o término da Primeira Guerra Mundial, foi criada a Liga das Nações – ou Sociedade das Nações – e tinha como o propósito promover a cooperação entre os países-membros e evitar que novos conflitos internacionais viessem a ocorrer após o final da guerra.

A instituição ainda criou o Sistema de Mandatos, estabelecendo que as nações mais adiantadas iriam administrar territórios do extinto Império Otomano até se tornarem independentes. O grau de proximidade dependeria do grau de maturidade política do território em questão. Deste modo, “classificaram-se os mais desenvolvidos como mandatos de classe ‘A’, os menos desenvolvidos como da classe ‘B’ e os mais atrasados como da classe ‘C’” (GOMES, 2001, p. 23). Os territórios pertencentes aos árabes ficaram definidos como da classe “A”. Os territórios da Palestina, Transjordânia e Mesopotâmia ficaram sob tutela dos

⁴O Egyptian Expeditionary Force constituía-se, inicialmente, de soldados britânicos e egípcios que combatiam em territórios de conflito durante a Primeira Guerra Mundial.

britânicos. Com isso, a Grã-Bretanha passou a ser responsável e tinha o poder de administrar a situação da Palestina.

O Sistema de Mandatos foi criado para que os países colonialistas reconhecessem os direitos dos colonizados. Também prevê a autodeterminação dos povos e, no artigo 22 do Pacto da Liga das Nações determinou-se que:-.

Certas comunidades que outrora pertenciam ao Império Otomano atingiram tal grau de desenvolvimento que sua existência como nações independentes pode ser reconhecida provisoriamente, com a condição que os conselhos e o auxílio de um mandatário guiem sua administração até o momento em que forem capazes de se conduzirem sozinhas. Os desejos dessas comunidades devem ser tomados em primeiro lugar em consideração para escolha do mandatário (PACTO..., [201-?]).

A Liga das Nações aprovou a inclusão da Declaração de Balfour na resolução do Mandato Britânico, tornando-se uma contradição já que o Mandato britânico tinha como finalidade “capacitar as nações “A” para a independência plena” (GOMES, 2001, p.24), ao passo que a Declaração de Balfour apoiava o projeto sionista de tomar posse de terras palestinas.

Conforme Gomes (2001), o Mandato britânico na Palestina violou o direito dos 750 mil árabes, nativos da Palestina, de terem sua autodeterminação, conforme consta na resolução estabelecida pela Liga das Nações. Ainda segundo a autora “a Declaração de Balfour foi considerada um título jurídico em favor dos sionistas durante as sessões que determinaram a partilha da Palestina na ONU, sendo que os títulos jurídicos dos árabes foram ignorados” (GOMES, 2001, p.24).

A Grã Bretanha assumiu compromisso com os judeus e com os árabes quase que ao mesmo tempo e sobre o mesmo território. Aos judeus prometeram apoiar a criação de um Estado onde seus antecedentes costumavam viver e aos palestinos prometeram a independência. Com isso, tal contradição levou à revolta dos árabes em 1936.

2.5 O MANDATO DA GRÃ-BRETANHA

Os sionistas precisavam de território, população e governo para criarem um Estado judeu, e graças ao Mandato britânico na Palestina, puderam estabelecer instituições sobre o território palestino. De 1922 a 1948, período do Mandato, o

governo britânico ficou responsável por controlar os poderes legislativos e executivos no local. Em relação aos árabes palestinos, foi vedado a eles o direito de soberania e de envolver-se na administração do território. (GOMES, 2001).

Sobre o estabelecimento de instituições judaicas, o artigo 04 do Mandato britânico na Palestina foi proporcional a criação da Agência Judaica, que privilegiou os sionistas:

[...] uma adequada agência judia será reconhecida como órgão público para o fim de aconselhar a Administração da Palestina e com ela cooperar em matérias econômicas, sociais e outras, que possam afetar o estabelecimento do lar nacional judeu e os interesses da população judia da Palestina e, sujeita sempre ao controle da Administração, assistir ao desenvolvimento do país e nele tomar parte (MANDATO..., [201-?]).

A Agência Judaica tornou-se um governo e, com isso, restava apenas obter uma população judaica e terras para concretizar os objetivos sionistas. A OSM contou com o apoio britânico e promoveram uma imigração judaica às terras palestinas. A Agência Judaica também foi favorável a imigração dos judeus à Palestina, pois “essa instituição coletava os recursos necessários para financiar a viagem e a instalação dos colonos” (TREIGNIER, 1994, p. 24).

Em 1922, 10% da população na Palestina era de judeus, e até 1946 a imigração foi aumentando gradativamente, mas não foram capazes de alcançarem uma maioria judaica em território árabe. A imigração foi um objetivo dos sionistas para que a comunidade internacional os apoiasse na criação de um Estado judeu, pois assim seriam maioria na Palestina.

O intuito de conseguirem terras foi alcançado devido a administração britânica, que facilitou aos judeus tomarem posse de terras férteis na Palestina, juntamente com o apoio do financiamento provindo de organizações judaicas de vários países do mundo (GOMES, 2001). Estas ações tomadas pelos sionistas, apoiadas pelo governo britânico e por instituições judaicas, foram encurralando cada vez mais os árabes e gerando uma discriminação provinda dos judeus.

As políticas adotadas fizeram surgir várias revoltas que acarretaram muitas mortes e feridos. Em 1936, os árabes iniciaram uma rebelião contra os sionistas e contra o governo britânico, rebelião que se prolongou até o começo da Segunda Guerra Mundial. Os britânicos tiveram que rever sua política de apoio aos sionistas

devido a revolta dos árabes. Segundo Treignier (1994), a Grã-Bretanha “que adotara uma política tortuosa para alcançar algum equilíbrio entre as duas comunidades” (TREIGNIER, 1994, p. 25), começou a ser mais favorável aos palestinos devido a alguns motivos: pretendia conservar os interesses petrolíferos e desejava manter os países do Oriente Médio afastado da Alemanha.

Em 1937, o governo da Grã-Bretanha apresentou um plano de partilha da Palestina como propósito de solução do conflito. No entanto, a proposta não foi aceita pelos árabes e nem pelos judeus. Os sionistas rejeitaram o plano porque queriam que a Palestina inteira fosse ocupada para a criação de um Estado judeu e os árabes não aceitaram pelo motivo de que lutavam pela sua independência desde o término da Primeira Guerra Mundial.

Em razão da proposta não ter conciliado ambos os lados, no mês de maio de 1939, a Grã-Bretanha declarou que não iria mais apoiar a criação de um Estado judeu “ou de tornar a Palestina independente como Estado árabe, prevendo o fim do mandato para 1949, com a independência para a Palestina, cujo governo seria partilhado entre os árabes e os judeus” (GOMES, 2001, p. 29). O governo britânico também determinou o cancelamento da imigração dos judeus à Palestina e iria regulamentar a aquisição de terras de forma mais severa. Como apontamos anteriormente, tal posicionamento se deve às questões econômicas e geopolíticas, pois uma relação amigável com os árabes era de extrema importância, já que são grandes fornecedores de petróleo e posicionam-se próximo ao Canal de Suez.

Esta decisão desagradou os sionistas e tornou a situação mais difícil de ser contida. Os sionistas, de modo a pressionar o governo britânico, iniciaram ataques terroristas na Palestina. A partir de 1942, extremistas das organizações judaicas cometeram assassinatos, roubos de armas britânicas no Oriente Médio, sequestro de oficiais britânicos, destruição de um sistema ferroviário, de um hotel e de um clube britânico.

Os judeus decidiram buscar apoio dos Estados Unidos em seu projeto sionista após a decisão tomada pela Grã-Bretanha. Concentraram esforços para impressionar a opinião pública norte-americana, dizendo serem vítimas dos árabes e do governo britânico. A Grã-Bretanha, que apoiou e ajudou a colonização judaica, foi considerada pelos mesmos de imperialista colonizadora.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, com a economia enfraquecida e com a incapacidade de estabelecer um consenso entre os árabes e os judeus e de

manter tropas no Oriente Médio, a Grã-Bretanha resolve passar a responsabilidade de decidir o futuro da Palestina para a Organização das Nações Unidas (ONU), recentemente criada após o final da guerra.

Tal órgão promoveu a criação do Estado de Israel, apresentado como ápice do movimento sionista. Tal assunto será abordado com maior profundidade no capítulo 3.

2.6 A CRIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

A Liga das Nações, também conhecida como Sociedade das Nações, foi firmada em 28 de abril de 1919, após a Primeira Guerra Mundial. Tratava-se de uma organização internacional que foi criada para fazer com que os Estados focassem em questões de segurança e cooperação internacional, assim dariam um fim à guerra e manteriam a paz.

O fracasso da Liga das Nações fez surgir um outro nome com grande peso à sociedade internacional. O fim da Segunda Guerra Mundial deu origem à Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 25 de junho de 1945, onde foi aprovada a Carta das Nações Unidas por 51 Estados. A Carta visava estabelecer os conceitos que iriam orientar e reger as relações internacionais após o término da Segunda Guerra Mundial. (SEITENFUS, 2008).

A ONU, como veremos mais à frente, será uma instituição bastante influenciada pelos interesses sionistas, que irão buscar apoio político dos Estados que estiveram presentes na reunião do órgão – em novembro de 1947 – sobre o futuro da Palestina. Essa reunião, que primeiramente apoiava o direito dos árabes, logo mudou completamente com a ação sionista de influenciar governos ao seu favor.

2.7 A AÇÃO SIONISTA NOS ESTADOS UNIDOS

A decisão tomada pela Grã-Bretanha em relação à nova política sobre a Palestina levou os sionistas a mudarem de estratégia em relação ao apoio de seu

projeto. O American Zionist Emergency Council⁵ (AZEC) foi criado com o propósito de conseguir apoio do governo norte-americano às causas sionistas, que já não era mais apoiada pelos britânicos. A decisão da escolha dos Estados Unidos foi devido a uma avaliação de que após a guerra o país seria uma grande potência (GOMES, 2001).

Na época em que os sionistas começaram a buscar apoio dos EUA, várias corporações judaicas já existiam no país. Estas procuravam uma aproximação aos parlamentos, que não tinha muito resultado. Com isso, uma nova estratégia foi implantada, procuraram obter apoio dos judeus residentes no país, bem como da opinião pública e por ultimo, do governo.

No mês de maio de 1942, em uma conferência realizada em Nova York no Hotel Biltmore, com a participação de líderes sionistas, foi declarado a implementação do plano acordado em Basileia no ano de 1897. Assim, pela primeira vez foi declarado o projeto sionista, pois antes havia uma oposição política sobre determinada declaração. Ficou definido então pelo conhecido Programa de Biltmore, a criação de um lar aos judeus que logo se transformaria em um Estado (GOMES, 2001).

A partir de 1943, a Organização Sionista iniciou uma tarefa para convencer a população judaica americana não-sionista⁶ a adotarem o Projeto de Biltmore. Várias organizações sionistas foram criadas com o objetivo de influenciar a opinião pública, os judeus não-sionistas e o governo sobre a causa sionista. A propaganda da causa sionista foi lançada através de jornais, panfletos, livros e manifestações. As escolas não ficaram de fora, também foi um dos meios utilizados pelos sionistas para mudarem o conceito de cada um, até infiltraram diretores a favor da propaganda lançada, tudo subsidiado pelos sionistas (WEIR, 2014).

O jornal New York Times sofreu intensas represálias por ser o único jornal que não apoiava as causas sionistas e não contribuía com o mesmo. Considerado não-sionista, seu editor Arthur Hays Sulberger, judeu, foi acusado de “nunca perder uma oportunidade de focalizar a atenção sobre o ponto de vista antissionista” (GOMES, 2001, p.59).

Outros meios de comunicação norte-americanos contribuíram com o projeto:

⁵O American Zionist Emergency Council foi um conselho criado no início da Segunda Guerra Mundial que tinha como propósito representar a liderança sionista nos Estados Unidos.

⁶Os judeus não-sionistas não apoiavam e/ou não se manifestavam pelo território na Palestina.

A imprensa geral americana era alimentada com centenas de “*press releases*” e os temas eram tratados por numerosos contatos pessoais nos jornais locais. No fim de 1944, 10% de 3.300 colunas reimprimiam *press releases* da Organização Sionista. Em 1945, a porcentagem era de 20% de 4.000 colunas (GOMES, 2001, p. 58).

Como observado, as comunidades judaica e não judaica sofreram pressões vindas de diversos meios de comunicação, e “todos os judeus que se mostraram contrários ao sionismo sofreram perseguições e acabaram silenciando” (GOMES, 2001, p.57). Contudo, essa propaganda “omitia a presença a população árabe na Palestina e a realidade vivida por eles ao longo dos anos de imigração judaica” (GOMES, 2001, p.59).

Os judeus sionistas também criaram a American Palestine Committee⁷, que contou com o apoio de Robert F. Wagner, Senador de Nova York. Em razão da grande massa judaica que se encontrava no país, muitos políticos apoiavam o sionismo, pois temiam perder o apoio destes nas eleições. Entretanto, o Senador não os apoiava por motivos políticos, mas por causa de sua descendência germânica, que colocou um senso de culpa pelo o que aconteceu, portanto, trabalhou pela causa do Estado judeu.

Dessa maneira Wagner trabalhou, durante anos, apoiando o ideal sionista e recrutando o apoio do Senado à causa, ajudando assim, a Organização Sionista, que também buscava um suporte político. Com um grande poder de conseguir apoio político, a American Palestine Committee possuiu como membros, até o fim da Segunda Guerra Mundial, cerca de “6.500 personalidades públicas, incluindo senadores, congressistas, membros do governo, oficiais do Estado, prefeitos, juristas cléricos, educadores, escritores, editores, e líderes civis e industriais” (GOMES, 2001, p. 60).

Em busca de obter apoio emocional, a AZEC, estabelecida em Nova York, possuiu 14 departamentos e 400 Comitês de Emergência, distribuídos por todo território nacional, com o objetivo de obter apoio de todos os judeus no movimento sionista.

⁷A American Palestine Committee foi criada para dar apoio à criação de um lar nacional aos judeus.

2.7.1 A administração de Roosevelt

Roosevelt assumiu a presidência dos EUA em 1933, teve seu mandato prorrogado e veio a falecer em 1945, antes mesmo de concluir sua administração. Após o governo britânico declarar que não iria mais apoiar a causa sionista, em 1939, Roosevelt foi fortemente pressionado pelos sionistas para que apoiasse o propósito do Estado judeu. Todavia, procurou sempre ser neutro nessa questão, pois não pretendia respaldar os objetivos dos judeus, sendo que iria ferir a boa relação que mantinha com o povo árabe.

Os sionistas, quando começaram a buscar apoio norte-americano, tinham como objetivo inserir suas resoluções no Congresso americano. Já estavam empenhando-se em obter apoio da opinião pública, principalmente dos judeus, porém o consentimento do Congresso era um grande passo a ser tomado.

Deste modo, o Congresso dos EUA, no mês de janeiro de 1944, propôs quatro resoluções de teor semelhante, que em síntese, declarava que “os Estados Unidos se empenhariam em abrir as portas da Palestina para a imigração ilimitada de judeus e que lá deveria ser criado um Estado para esse povo” (GOMES, 2001, p. 64). Logo, essas resoluções foram enviadas ao Comitê de Relações Exteriores, cujo presidente era um sionista, Sol Bloom.

Sol Bloom era um Congressista e se esforçava para que as resoluções sionistas fossem aprovadas. Entretanto, devido ao fato de ser um líder Democrata e ter uma boa relação com o Presidente Roosevelt, não poderia ir contra a posição do governo, que era contrária à das resoluções.

O Presidente Democrata Roosevelt durante todo o seu mandato foi neutro e não procurou apoiar totalmente as causas dos judeus e nem dos palestinos. Era de grande importância manter uma relação amigável com ambos os grupos, pois os judeus dispunham da grande maioria entre os habitantes dos EUA e uma relação amistosa com eles garantiria votos nas futuras eleições. Em relação aos árabes, era interessante manter uma boa relação já que eram grandes produtores de petróleo. Conforme Gomes, ao longo de sua administração, procurou ter muito cuidado “tanto em suas declarações e apoio aos sionistas, quanto em seu relacionamento com os árabes. Usando muito tato, conseguia protelar uma decisão” (2001, p. 66). Completando o raciocínio da autora, Roosevelt conseguia adiar as decisões que os sionistas impuseram a ele: de exigir que os britânicos liberassem aos judeus a

imigração à Palestina e também sobre afirmar seu apoio à criação de um Estado judeu.

Ainda em 1944, os sionistas conseguiram fazer com que os Democratas e os Republicanos – os partidos mais importantes dos EUA – introduzissem em seus programas políticos o seu programa. Ambos os partidos passaram a apoiá-los, pois temiam perder votos dos judeus de Nova York, já que o Estado de Nova York era considerado crucial para vencer as eleições, bem como muito povoado pelos judeus.

Logo em novembro, após a vitória dos Democratas, os sionistas passaram a pressioná-los para que as resoluções fossem aprovadas. Entretanto, Roosevelt adiou a aprovação das resoluções visto que era imprudente perante o cenário internacional da época. Assim tivessem o apoio da opinião pública e do Congresso, os sionistas não conseguiam o apoio presidencial, pois Roosevelt não podia declarar um compromisso com os sionistas, uma vez que precisavam manter a amizade com os árabes na questão dos interesses econômicos e estratégicos, cuja região era considerada um significativo local de operações norte-americanas (GOMES, 2001).

Roosevelt não chegou a apoiar somente um lado, sustentava uma esperança de que os árabes e os judeus poderiam entrar em um acordo, da mesma forma que manteve sua promessa ao Rei Ibn Saud⁸ de que não iria tomar nenhuma decisão sobre o território palestino sem haver um processo de consultas entre os árabes e os judeus. Mais tarde, após outra conversa com o Rei, e este ameaçar começar uma guerra caso tivessem que dar terras aos judeus, Roosevelt mais uma vez deu sua garantia, desta vez de que não iria apoiar nenhuma mudança para conceder a Palestina aos judeus.

Em abril de 1945, Roosevelt confirmou suas garantias ao Rei em uma carta uma semana antes de morrer e concluiu que “toda a política americana sobre o tema deveria ser revista, pois se as coisas seguissem como estavam, haveria derramamento de sangue” (GOMES, 2001, p. 70).

2.7.2 A administração de Truman

Truman assumiu a presidência em 1945, após o falecimento de Roosevelt e também sofreu pressões por conta dos sionistas. O novo presidente estadunidense,

⁸ Após unificar o Império Otomano e Hejaz, tornou-se Rei da região que mudou o nome para Arábia Saudita.

Truman, esteve sob pressão referente ao interesse estratégico e econômico dos EUA no Oriente Médio, “assumiu uma postura simpática ao sionismo, mas sem maiores consequências práticas. Também renovou várias vezes aos árabes a garantia de que nenhuma decisão seria tomada antes de ampla consulta das duas partes” (GOMES, 2001, p. 71).

O Presidente Truman tinha uma enorme preocupação sobre a situação dos refugiados da Europa. Acreditava que a imigração dos judeus ao território palestino e a criação de um Estado judeu era um objetivo aceitável, desde que não houvesse guerras e o envolvimento do exército americano.

Assim, sob muita pressão, em 31 de agosto de 1945, Truman pediu à Grã-Bretanha que aceitasse 100.000 refugiados judeus no território palestino. O governo britânico aceitou a proposta, mas somente se os norte-americanos também assumissem esta responsabilidade com a Grã-Bretanha, da mesma forma que enviariam tropas. Não chegaram a nenhum acordo, pois Truman não aceitou enviar envolver tropas militares.

Mais uma vez os sionistas lutaram pela aprovação das resoluções no Congresso, “que comprometeriam o governo com as propostas do Programa Biltmore” (GOMES, 2001, p. 73). Novamente fizeram uma movimentação para obter apoio dos políticos, como dos governadores e dos congressistas.

As resoluções sionistas não foram aprovadas no Congresso, mas o Senado as aprovaram com algumas modificações em dezembro de 1945, e alguns dias depois, a Câmara também as aprovou, ampliando “as obrigações contidas na Declaração de Balfour, pedindo a livre imigração de judeus e a construção na Palestina de um Lar Nacional para os judeus” (GOMES, 2001, p. 73). Porém, apesar de terem conseguido essa aprovação, o governo não executou nenhum programa político, somente referente a solicitação à Grã-Bretanha para que os 100.000 refugiados judeus entrassem imediatamente na Palestina.

Antes disso, em 13 novembro de 1945, o governo americano realizou um Inquiry Committee (uma comissão de investigação) juntamente com o governo da Grã-Bretanha para analisar o problema da Palestina. Dentre os seis membros americanos presentes no comitê, três eram pró-sionistas. O comitê ouviu tanto os sionistas quanto os árabes, e, subsequentemente, dirigiu-se à Europa nos campos de refugiados. Após o feito, o comitê sugeriu que a Palestina deveria ter um governo bi-nacionalista, democrático e independente, com uma representação igual aos

árabes e judeus. Também admitiu que naquele momento não era possível haver uma independência e sugeriu que o Mandato britânico fosse transferido à ONU, da mesma maneira que deveria entrar 100.000 judeus na Palestina.

Truman continuou a insistir que o governo britânico admitisse os 100 mil refugiados, atitude tomada por conta das pressões que sofria de um grupo de senadores. Enquanto os britânicos e os americanos estavam decidindo uma maneira de lidar com o parecer do Inquiry Committee, o Presidente Truman, em 11 de junho de 1946, declarou a criação do Comitê do Gabinete, que teve como propósito aconselhá-lo sobre qual a melhor política deveria tomar sobre o relatório do Inquiry Committee.

No dia 25 de julho de 1946, as recomendações do Comitê do Gabinete estavam prontas e deveriam ter sido mantidas em segredo, mas foram vazadas. Foi batizada de proposta Morrison-Grady, por ter sido apresentada por Herbert Morrison – presidente do Comitê do Gabinete –, e “recomendava para a Palestina um sistema federal com dois Estados autônomos, com um forte governo central sob a direção da Grã-Bretanha, além da admissão de 100.000 judeus” (GOMES, 2001, p. 75). Muitos sionistas protestaram contra essa decisão e Truman foi levado a não colocar o plano em prática, pois temia perder apoio dos mesmos aos Democratas na próxima eleição.

Logo em seguida, a Agência Judaica decidiu concordar com a possibilidade de haver um acordo sobre a partilha – antes só se interessavam pelas fronteiras históricas consideradas sagradas na Palestina –. A decisão foi repassada ao governo da Grã-Bretanha e dos EUA, o último informou que não havia feito nenhuma proposta definida.

Mais uma proposta foi feita por Truman, que decidiu receber os refugiados em seu território, bem como concedê-los residência permanente. A proposta foi enviada ao Congresso, onde seria permitida a entrada de uma quantidade fixa de refugiados. Entretanto, os sionistas não acataram com a proposta e Truman desistiu desta questão.

As pressões realizadas pela Organização Sionista ao Presidente e seu partido levaram Truman a rejeitar o plano Morrison-Grady, bem como pediu para que fossem admitidos 100.000 refugiados na Palestina e propôs que um plano de partilha deveria ser feito (STEVENS, 1962, p. 155). Assim, percebe-se que Truman

cedeu às pressões sionistas por medo de perder votos da grande comunidade judaica no país.

A decisão de Truman foi muito criticada pelos árabes e causou um grande descontentamento ao Rei Ibn Saud, que tinha a promessa de Roosevelt de não apoiar os sionistas. Vendo essa situação, a Grã-Bretanha, contrariada com a decisão do presidente dos EUA, decidiu encaminhar o caso da Palestina para a ONU (GOMES, 2001).

Ao mesmo tempo, o embaixador norte-americano Loy Henderson⁹ não concordou com a proposta feita por Truman sobre a partilha da Palestina e argumentou que essa decisão feria os princípios de autodeterminação da maioria árabe, avaliando que:

[...] os Estados Unidos perderiam o prestígio entre os árabes se apoiassem a criação de um Estado judeu. Essa questão afigurava uma das mais preocupantes para o Departamento de Estado, uma vez que o petróleo constituía o eixo das relações com os países árabes (BANDEIRA, 2013, p. 462)

Não somente o embaixador Loy Henderson foi contra a decisão do Presidente norte-americano, mas também quase todos os especialistas do Departamento de Estado tiveram uma opinião oposta à partilha, todavia, Truman só tinha um propósito com essa decisão. Nas palavras de Bandeira (2013):

[...] não foi qualquer consideração estratégica que determinou a decisão de Truman de apoiar a partilha e a conseqüente criação do Estado Judeu, mas o oportunismo eleitoral, a fim de captar o voto dos judeus para a sua reeleição em 1948 (BANDEIRA, 2013, p. 463).

Mais tarde, em uma reunião de embaixadores dos EUA, o presidente norte-americano pronunciou: “lamento senhores, mas tenho de responder perante centenas de milhares de pessoas que estão ansiosas pelo sucesso do Sionismo: não tenho centenas de milhares de Árabes como meus eleitores” (PINTO, 2003, p. 73).

O presidente Truman acabou apoiando um grupo de religiosos que aparentemente não tinha como intenção libertar os judeus do antissemitismo

⁹ Foi diretor do Gabinete de Assuntos do Oriente Próximo e África.

Europeu. Na verdade, como veremos a seguir, utilizaram esse fato como justificativa para criarem um Estado judeu.

2.8 A POLÍTICA SIONISTA E A SUA NÃO PREOCUPAÇÃO COM A SITUAÇÃO DOS JUDEUS

Entre 1942 e 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, milhares de judeus foram assassinados pelos nazistas em seus campos de concentração e os que sobreviveram vieram a se tornar refugiados. As condições de vida que esses sobreviventes viviam nos campos de refugiados era horrível e precisavam urgente que algo fosse feito. Os sionistas utilizaram essa situação para exigir à Grã-Bretanha a permissão para imigrarem à Palestina, bem como para influenciar o governo e a opinião pública dos EUA.

Em 1943, os EUA, juntamente com a Grã-Bretanha, passaram a trabalhar para resolver a situação dos refugiados. Nesse sentido, decidiram emitir vistos de imigração para vários lugares, exceto para a Palestina. Roosevelt, então presidente norte-americano, declarou que todos os países deveriam receber os refugiados e propôs que a Grã-Bretanha desse o exemplo e recebesse 100.000 refugiados, assim os EUA e outros países – que nem deram tempo de serem cogitados pelo presidente – fariam o mesmo. No entanto, o presidente norte-americano logo teve que abandonar essa decisão, pois foi alvo de várias críticas sionistas, visto que só queriam ir à Palestina, outro lugar não os interessava (GOMES, 2001).

Ao assumirem essa postura, os sionistas estenderam o sofrimento dos judeus que viviam em campos de refugiados de 1943 até 1948-49, uma vez que continuaram a viver na miséria e perderam a oportunidade de recomeçar uma nova vida na Grã-Bretanha, nos EUA e em outros países. Certamente que muitos deles aceitariam residir em outro país, devido a situação a qual se encontravam, mas não podiam decidir por si próprios, dependiam das ações sionistas. Após anos desde que começaram a criar campos de refugiados, os residentes desses locais tiveram que passar por dificuldades até o momento em que começaram a ser enviados para a Palestina, onde entraram em conflito com os árabes.

Os sionistas mostraram-se indiferentes ao sofrimento dos refugiados, não aceitando o plano de Roosevelt e nem de Truman. Trabalharam em uma propaganda para fazer com que os refugiados só aceitassem a Palestina como o

único lugar seguro no mundo a eles. A comunidade judaica residente nos EUA não estava propensa a se mudar para a Palestina, e, devido a isso os refugiados foram o alvo sionista para alcançarem um de seus objetivos, fazer com que uma grande população judaica fosse morar no território Palestino (GOMES, 2001).

Tendo em conta o exposto neste capítulo, verificamos as ações sionistas ao longo dos anos analisados acima. Em continuidade, no capítulo seguinte, abordaremos a partilha do território Palestino entre os árabes palestinos e os judeus, e os conflitos que surgiram após o evento.

3 OS GOVERNOS A SERVIÇO DOS SIONISTAS, A PARTILHA DA PALESTINA E AS CONSEQUÊNCIAS PÓS-PARTILHA

Neste capítulo será abordada a atuação de vários chefes de Estado que, fortemente influenciados pelas ações sionistas, venderam seus votos em troca de benefícios que consideravam de grande valor. Deste modo, votaram a favor da partilha da Palestina durante uma Assembleia da ONU.

Em razão das pressões sofridas pelo governo britânico sobre o Mandato na Palestina, os insistentes pedidos do governo americano para que fossem aceitos 100.000 refugiados judeus na Palestina, os ataques terroristas às instalações da Grã-Bretanha em território árabe, a imigração ilegal, e ainda a situação delicada dos árabes, levam a Grã-Bretanha, em fevereiro de 1947, a transferir o problema à ONU, para que esta pudesse encontrar uma solução:

Nesta época, todos os países árabes que estiveram sob mandato já eram independentes, com exceção da Palestina: o Iraque (Mesopotâmia) conquistou sua independência em 1932, o Líbano em 1943, a Síria em 1944 e o Reino da Jordânia (Transjordânia) em 1946 (GOMES, 2001, p. 81).

Os árabes palestinos tinham direito de se tornar independentes; em um local em que havia maioria árabe não poderia ser criado um Estado a outros habitantes de uma cultura e de uma religião totalmente diferente do povo local. Havia muitos interesses por trás do discurso humanitário sobre os problemas dos refugiados, interesses que custaram aos árabes palestinos a perda do território.

Após a decisão tomada durante a Assembleia Geral da ONU, em 29 de novembro de 1947, ficou decidido que a partilha do território Palestino seria a melhor solução para o problema que envolvia os dois grupos. No entanto, mal sabiam que estavam dando início a uma sessão de conflitos e guerras que levariam os palestinos a perderem enormes quantidades de terras.

Essas guerras causaram inúmeras mortes para ambos os lados; porém, os palestinos foram os que mais saíram perdendo com esses conflitos. Além de passarem a ter pequenas áreas para viverem, são considerados uns dos povos com mais refugiados no mundo.

3.1 A UNSCOP

Pouco tempo depois do fim da Segunda Guerra Mundial, em fevereiro de 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas, presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, a pedido da Grã-Bretanha, criou o Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP - *United Nations Special Committee on Palestine* na sigla em inglês). O propósito do Comitê era elaborar a questão da Palestina e logo mais apresentá-lo em futuras sessões da Assembleia Geral (PILLA, 2011).

O Egito, o Iraque, a Arábia Saudita, a Síria e o Líbano dedicaram-se em conjunto fazer com que o tema a ser incluído e discutido na agenda da UNSCOP fosse sobre a independência da Palestina, sendo que a Palestina era o único país ainda sob Mandato, ao qual pertencia à Grã-Bretanha, e os outros que estiveram na mesma situação já se encontravam independentes.

A OSM também não ficou de fora para tentar definir uma agenda a ser discutida no Comitê, e questionou se deveriam ou não vincular a questão dos refugiados judeus ao problema palestino. Logo em seguida, um representante sírio argumentou sobre o assunto:

Os árabes da Palestina não são responsáveis de forma alguma pela perseguição dos judeus na Europa. Essa perseguição é condenada por todo o mundo e os árabes figuram entre os que simpatizam com os judeus perseguidos. Não obstante, não se pode dizer que a solução desse problema incumbe à Palestina, país pequeno que já recebeu um número suficiente desses refugiados e outros desde 1920 (GOMES, 2001, p. 83).

Apesar disso, ficou decidido que o assunto sobre a independência da Palestina ficaria de fora dos debates a UNSCOP, mas, em seu lugar, iriam discutir sobre a divisão do território em dois Estados – um judeu e um árabe – ou a criação de um Estado árabe-judaico. Os árabes manifestaram-se contra os temas, acusando a Assembleia Geral de incompetência, visto que ainda eram maioria, representavam cerca de 70% dos habitantes na Palestina e, por isso, alegavam que tinham o direito à independência, já os sionistas viram isso como uma grande vitória.

A UNSCOP reuniu-se em Nova York e foi composta pela Austrália, Guatemala, Irã, Uruguai, Índia, Iugoslávia, Países Baixos, Tchecoslováquia, Peru, Suécia e Canadá. Em junho de 1947, visitou a Palestina e solicitou aos árabes palestinos e aos sionistas que apresentassem suas posições. Além disso, dialogou

com a Liga Árabe¹⁰, que defende os palestinos e seus direitos. Logo mais, averiguou os centros de refugiados judeus na Áustria e na Alemanha.

Com as declarações dos refugiados, foi apurado que a maioria deles não estaria disposto a começar uma nova vida em outro local que não fosse a Palestina. Esta avaliação pode ser reflexo do efeito da propaganda sionista e porque temiam o antissemitismo. Foram encontrados em alguns acampamentos cartazes de propaganda sionista que influenciavam a opinião dos judeus para reivindicar a Palestina, estes continham o slogan “Palestina – um Estado para o povo judeu” (GOMES, 2001, p. 84).

As investigações sobre situação dos palestinos e dos judeus foi realizada e averiguada pela UNSCOP, que dará seu parecer ao Conselho de Segurança da ONU e, este decidirá o futuro da Palestina.

3.1.1 As conclusões da UNSCOP

Para este tópico será somente utilizado as concepções de Gomes (2001).

Em agosto de 1947, após a investigação, a UNSCOP apresentou a tese árabe e a judaica. A tese judaica sustentava que deveria ser criado um Estado judeu na Palestina, bem como a imigração sem restrição. Defendeu que, para dar abrigo aos refugiados, era preciso a criação do Estado judeu, e que precisava com urgência da liberação da entrada dos imigrantes à Palestina para compensar a desproporção numérica em relação à população árabe, que eram a grande maioria no local. Entretanto, a declaração pertinente à diferença numérica de árabes e judeus na Palestina feria o direito a autodeterminação dos povos fundamentada no Mandato britânico. Os árabes eram a maioria antes da ocupação, já os sionistas queriam se tornar a grande maioria no mesmo local para estabelecerem um Estado judeu.

A tese árabe alegava ainda que deveriam ter sua independência imediatamente, exigindo o “direito ‘natural’ da maioria árabe de ‘permanecer na

¹⁰A Liga Árabe – ou Liga dos Estados Árabes – foi criada em 1945, em Cairo, no Egito. É uma organização formada por países que possuem a língua árabe como idioma oficial. Atualmente é formada por Argélia, Egito, Mauritânia, Líbia, Sudão, Djibuti, Marrocos, Tunísia, Somália, Iêmen, Omã, Arábia Saudita, Palestina, Jordânia, Líbano, Iraque Síria, Kuwait, Catar Bahrein E Emirados Árabes Unidos. É um órgão de defesa dos países-membros, mas também tem como função organizar as questões políticas e econômicas dos países signatários do acordo.

possessão indiscutível de seu país, posto que está e tem estado durante muitos séculos em possessão daquela terra” (GOMES, 2001, p. 85). Também declararam que o Mandato sob tutela britânica era ilegal, e rejeitavam reconhecer sua legitimidade.

Com os informes apresentados, a UNSCOP também deveria indicar recomendações que solucionariam o problema em questão, entretanto, os membros não conseguiram chegar a um consenso sobre as duas propostas apresentadas para propor uma solução.

Em 3 de setembro de 1947, a Assembleia Geral da ONU transformou-se em uma Comissão *ad hoc*¹¹, com a finalidade de averiguar as duas propostas realizadas pelos países integrantes da UNSCOP. A proposta que foi apontada pela maioria dos Estados integrantes da UNSCOP recomendava a partilha da Palestina em dois Estados independentes, um árabe e um judeu, e Jerusalém deveria ser internacionalizada. Ademais, em razão de ser inviável transferir cada grupo para o seu devido território, a proposta ainda defendia que alguns judeus permaneceriam no Estado árabe e alguns árabes ficariam no Estado judeu.

Em relação a nacionalidade, esta seria árabe ou judaica conforme o local de moradia. Já a proposta apontada pela minoria dos países que compuseram a UNSCOP, defendia a criação de um Estado federal da Palestina e que fosse independente, composta de um Estado judeu e um Estado árabe, onde haveria apenas uma nacionalidade oferecidas aos árabes, judeus e outros. A capital do Estado federal seria Jerusalém, que teria um município aos árabes e outro aos judeus.

As duas propostas geraram protestos pelos árabes e judeus; os primeiros não aceitavam a partilha e os outros, o Estado federal. Com isso, o presidente Oswaldo Aranha propôs duas subcomissões para realizarem informes sobre as duas propostas à Comissão *ad hoc*, além de uma terceira subcomissão para conciliar as posições dos árabes e dos judeus.

Antes mesmo que a primeira subcomissão apresentasse um parecer, a segunda subcomissão defendeu a posição apresentada pela minoria, propícia aos árabes. Porém, todos os projetos apresentados foram derrotados.

¹¹*Ad hoc* é uma expressão latina utilizada para informar que determinado evento se destina para algum fim singular e tem condição temporária.

A primeira subcomissão foi votada no dia 25 de novembro de 1947 e apoiava a posição da maioria¹² – propícia aos judeus, com algumas emendas. Defendia a partilha da Palestina, a imigração e a internacionalização de Jerusalém.

Com isso, a proposta da partilha foi aprovada pela Comissão *ad hoc*, mas não pela maioria de dois terços dos Estados membros da ONU. Depois foi recomendada para votação na Assembleia Geral.

3.2 O PLANO DE PARTILHA

Como a Comissão *ad hoc* aprovou a proposta da partilha, só restava à Assembleia Geral ratificá-la. Entretanto, era necessário que a maioria de dois terços aprovasse o plano.

A resolução da partilha iria ser votada no dia 26 de novembro de 1947, e se isso realmente fosse feito a proposta não seria aceita, pois não atingiriam a quantidade de votos necessários para a aprovação do plano. Isso só não aconteceu porque o presidente da Assembleia Geral, Oswaldo Aranha, resolveu adiar a sessão, visto que não teria tempo para concluir a lista de oradores. Mas essa atitude não foi considerada uma justificativa para o adiamento:

[...] eram apenas 18hr30, e não era incomum a Assembleia trabalhar até meia-noite. Mesmo a oferta dos delegados árabes de retirar seus nomes da lista de oradores, não foi suficiente, na mente do Oswaldo Aranha, para continuar o debate (GOMES, 2001, p. 89).

No dia em que ficou claro que os sionistas não iriam vencer essa disputa, começaram a agir com o objetivo de conseguir apoio e a atitude de Oswaldo Aranha deu-lhes mais tempo para persuadir alguns países contrários a partilha a mudarem de opinião.

¹²**Votaram a favor da partilha:** Bolívia, Austrália, Brasil, Canadá, Peru, Chile, Costa Rica, Tchecoslováquia, Equador, Dinamarca, Guatemala, Islândia Estados Unidos da América, Panamá, Noruega, Polônia, República Dominicana, Nicarágua, República Socialista Soviética da Bielorrússia, Suécia República Socialista Soviética da Ucrânia, Uruguai, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, União Sul-Africana e Venezuela. **Votaram contra a partilha:** Afeganistão, Cuba Arábia Saudita, Iran, Egito, Iraque, Índia, Líbano, Paquistão, Siam, Turquia, Síria e Iêmen. **Abstiveram-se de votar:** Argentina, Colômbia, Bélgica, Etiópia, China, El Salvador, Grécia, França, Honduras, Haiti, Luxemburgo, Libéria, México, Reino Unido, Nova Zelândia, Países Baixos e Iugoslávia. **Estavam ausentes:** Paraguai e Filipinas (GOMES, 2001).

No dia 27 de novembro estavam comemorando o feriado de Ação de Graças e a reunião da Assembleia não foi convocada. No dia 28 de novembro, Oswaldo Aranha adiou por mais 24 horas a pedido do embaixador francês (GOMES, 2001).

Somente no sábado, dia 29 de novembro de 1947, a sessão da Assembleia Geral foi realizada e a proposta da partilha foi aceita¹³ por 33 votos a favor e contou com 13 contra, 10 abstenções e somente uma ausência. Segundo Bandeira, “a Assembleia Geral da ONU [...] aprovou a 1947 *UN Partition*, que dividia a Palestina, até então sob mandato da Grã-Bretanha, em três entidades: um Estado judeu, um árabe e uma zona internacional em torno de Jerusalém” (BANDEIRA, 2013, p. 463).

A Figura 2 mostra a divisão do território palestino feita pela ONU:

Figura 2 - Partilha da Palestina proposta pela ONU em 1947



Fonte: A questão... ([201-?]).

¹³**Votaram a favor da partilha:** Bélgica, Austrália, Costa Rica, Bolívia, Canadá, Brasil, Tchecoslováquia, Equador, Dinamarca, Estados Unidos da América, Nicarágua, Filipinas, França, Guatemala, Peru Haiti, Polônia Islândia, Panamá, Libéria, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Paraguai, República Dominicana, Suécia, República Socialista Soviética da Bielorrússia, União Sul-Africana, República Socialista Soviética da Ucrânia, Venezuela, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Uruguai. **Votaram contra a partilha:** Afeganistão, Cuba, Egipto, Arábia Saudita, Índia, Grécia, Iraque, Iran, Líbano, Síria, Turquia, Paquistão e Iêmen. **Abstiveram-se de votar:** Colômbia, Argentina, China, Chile, Etiópia, EL Salvador, México, Honduras, Iugoslávia e Reino Unido (GOMES, 2001).

3.2.1 A compra de votos

É de grande importância analisar o caso tratado anteriormente. O plano da partilha da Palestina jamais seria aceito pela maioria de dois terços dos votos a favor se a reunião não tivesse sido suspensa e adiada por algumas vezes do dia 26 ao dia 29 de novembro. Durante esse tempo em que a sessão da Assembleia Geral ficou suspensa, os sionistas entraram em ação para pressionarem alguns países que se opuseram à partilha para fazê-los mudarem seus votos. Todavia, podemos perceber que o presidente da Assembleia Geral, o brasileiro Oswaldo Aranha, foi o principal responsável por esse tempo fornecido aos sionistas, tempo em que eles souberam – e muito – aproveitar.

Existem algumas explicações para a mudança de opinião de alguns países sobre o voto a favor da partilha. Os esforços destinados aos países da América Latina tiveram muito sucesso, pois a ação sionista utilizou de meios para influenciá-los no dia da votação. Utilizaram presentes e pressões, tudo com muita esperteza. A seguir serão citados os países que votaram contra a partilha da Palestina e que em alguns dias mudaram de opinião graças a influência sionista. Para isto, este tópico recorrerá a autora Gomes (2001).

Um ex-presidente costarriquenho recebeu um talão de cheques em branco. Esposas de alguns políticos latino-americanos ganharam casacos de vison. Já o casaco que a mulher de um embaixador de Cuba recebeu foi devolvido.

O voto do Haiti foi garantido graças a uma promessa de que os EUA lhes concederiam assistência econômica. Um político renomado dos EUA, conhecido pelo seu apoio aos sionistas, telefonou ao governo haitiano pedindo que o voto fosse alterado e, com isso teria a promessa dos EUA garantida. Desta forma, o Haiti votou a favor da partilha, ao invés de se abster como na votação anterior..

A Libéria se absteve da votação anteriormente e iria fazer o mesmo na Assembleia Geral, mas graças a chantagens e pressões, foi obrigada a votar a favor da partilha. As Filipinas também foi obrigada a votar a favor da partilha.

Estes foram apenas alguns casos; talvez outras pressões ocorreram com o objetivo de influenciar os votos dos países, mas não foi possível localizar todos, pois o trabalho de Gomes (2001) apresenta somente estes.

Contudo, essa estratégia resultou na aprovação da partilha da Palestina, que teve o território dividido “em oito partes: três para o Estado judeu e três para o

Estado Árabe. A sétima, Jaffa, constituiria um enclave árabe em um território judeu. A oitava seria Jerusalém, sob um regime internacional especial” (GOMES, 2001, p 93). Até o dia 1º de agosto de 1948, a Grã-Bretanha deveria retirar-se do território e antes do dia 1º de fevereiro do mesmo ano, deveria construir um porto no Estado judeu para que os imigrantes pudessem adentrar em seu novo território. Durante o período de modificação, a ONU ficou encarregada de administrar toda a região e os Estados teriam seu poderio até em outubro de 1948.

3.3 A TENTATIVA SE SUSPENSÃO DA PARTILHA E O RECONHECIMENTO DO ESTADO DE ISRAEL

A tentativa de suspensão do plano da ONU surgiu quando integrantes do governo americano perceberam que a decisão não seria realizada por meios pacíficos.

A Resolução 181 – que estabeleceu a partilha do território palestino – intensificou ainda mais a violência que já ocorria no local. A Grã-Bretanha não aceitou executar um programa que não fosse aprovado em consenso pelos árabes e pelos judeus. Os norte-americanos, durante a votação da partilha, sempre deixaram bem claro que não usariam intervenções armadas. Porém, acreditaram na proposta sionista de que a partilha poderia ser implantada sem que usassem as forças armadas, o que não ocorreu (GOMES, 2001).

Depois das deliberações do plano de partilha da Palestina, o Conselho de Segurança não pôde fazer nada para conter a guerra civil entre os árabes palestinos e os judeus no território dividido.

Os norte-americanos acreditavam que se utilizassem tropas militares na região pra conter o conflito, os EUA seriam colocados numa posição antiárabe, o que faria com que os soviéticos fossem vistos como apoiadores do nacionalismo árabe (GOMES, 2001).

Essas considerações levaram o Secretário de Defesa dos EUA, James Forrestal, a trabalhar para tentar suspender a decisão tomada a respeito da partilha da Palestina. Sua preocupação se agravou ainda mais quando, em janeiro de 1948, muitas companhias petrolíferas resolveram cessar suas atividades em seus oleodutos árabes, em razão do que estava ocorrendo na Palestina. Entretanto, seus esforços não tiveram muitos resultados, uma vez que foi muito pressionado pelos

sionistas, também não recebeu apoio dos integrantes de seu partido e nem dos Republicanos, pois ambos temiam perder apoio dos judeus nas eleições. Mas o secretário persistiu até fevereiro (GOMES, 2001).

Vendo o risco que a Resolução 181 traria, em 17 de fevereiro de 1948, Truman decidiu convocar no Conselho de Segurança da ONU as cinco principais potências para reconsiderar o plano de partilha. Decerto os sionistas não aprovariam esta decisão, e logo começaram a agir para mobilizarem os políticos e civis a não apoiarem a oposição à partilha.

Os EUA convocaram várias reuniões no Conselho de Segurança para tentar suspender a decisão da partilha. Todos os membros estiveram presentes e somente a Grã-Bretanha não participou das reuniões.

Em 19 de março de 1948, o porta-voz americano no Conselho de Segurança, Warren Austin, declarou que a resolução sobre a partilha da Palestina “não construiu uma obrigação para as Nações Unidas ou qualquer um de seus membros” (GOMES, 2001, p. 97), e também que:

[...] o plano da partilha havia sido acordado apenas com a presunção de que todas as partes do plano seriam cumpridas juntas. Desde que isto era agora manifestamente impossível, o trabalho das Nações Unidas era assegurar que a paz e a ordem fossem restaurados (GOMES, 2001, p. 97).

Assim, mais uma vez uma declaração que não foi a favor das intenções sionistas sofreu fortes pressões dos mesmos.

O presidente Truman comunicou, em 25 de maio de 1948, que não tinha intenção de anular a decisão sobre a partilha, mas sim de adiá-la:

[...] Infelizmente, tornou-se claro que a partilha não pode ser realizada por meios pacíficos. Nós não podemos impor esta solução ao povo da Palestina pelo uso de tropas americanas, por motivos de política nacional e pela Carta. O Reino Unido anunciou a firme intenção de abandonar o Mandato na Palestina em 15 de maio. A menos que uma ação de emergência seja tomada, não haverá autoridade pública, na Palestina, capaz de preservar a lei e a ordem. Haverá violência e derramamento de sangue na Terra Santa. Uma luta em larga escala entre os povos daquele país será o resultado inevitável. Tal luta infectaria todo o Oriente Médio e poderia levar a consequências da mais grave sorte, envolvendo a paz desta nação e do mundo (GOMES, 2001, p. 98).

Ainda tentando reverter a situação, no dia 30 de março de 1948, os EUA incluíram duas resoluções no Conselho de Segurança, uma pedia ao Conselho para realizar uma reunião especial na Assembleia Geral e a outra pediu trégua aos judeus e aos árabes. No entanto, apesar dos esforços dos EUA, não chegaram a nenhuma solução e o prazo para terminar o mandato britânico estava se aproximando. Além disso, os sionistas começaram a anunciar que proclamariam o Estado.

Os líderes sionistas sugeriram que Truman reconhecesse o mais novo Estado do mundo e, após ser convencido de que se não concordasse com o convite não venceria as próximas eleições, acabou anunciando o reconhecimento do Estado de Israel. Contudo, no dia 15 de maio de 1948, foi criado o Governo Provisório do Estado de Israel e deu-se o término do mandato da Grã-Bretanha na Palestina (GOMES, 2001).

3.4 OS CHOQUES PÓS PARTILHA

No dia 15 de maio de 1948, no momento em que ocorria a retirada dos últimos soldados britânicos da Palestina, David Ben-Gurion¹⁴ anunciava nas rádios a fundação do Estado de Israel e ao mesmo tempo, era possível ouvir um avião egípcio bombardeando a cidade de Tel Aviv. Após o evento, iniciou-se no local uma série de conflitos armados que deram origem a várias guerras e intermináveis embates na região que ainda perduram.

Como o Estado de Israel foi estabelecido contra a vontade dos países árabes, enquanto era anunciado a independência por David Ben-Gurion, sete nações árabes proclamavam guerra à Israel, e cinco dentre os sete atacaram imediatamente o novo Estado: Jordânia, Iraque, Líbano, Síria e Egito. Além destes, El-Husseini – mufti¹⁵ de Jerusalém – chefou dois mil soldados para combaterem ao lado de fundamentalistas do Egito. Com todos esses inimigos, Israel tinha cerca de 60 mil soldados para combater, bem como seus blindados e aviações (VILELA, 2004).

Segundo Vilela, Israel não tinha nem 30 mil homens, muito menos blindados e aviões, mas o país foi muito favorecido, pois:

¹⁴David Ben-Gurion foi presidente do Conselho Nacional Judeu e tornou-se o primeiro ministro do Estado de Israel, do qual declarou independência.

¹⁵Título dado a um chefe religioso muçulmano que tem o poder de combater controvérsias religiosas e civis.

[...] muitos de seus soldados eram veteranos de guerra que lutaram sob bandeira inglesa; as tropas eram dirigidas por um comando único; havia coesão de propósitos que o mundo árabe não tinha; e contavam com o apoio das superpotências (EUA e URSS), que queriam substituir a Inglaterra como a metrópole de maior influência sobre o Oriente Médio (VILELA, 2004, p. 125).

Graças à intervenção das duas superpotências – EUA e URSS –, em 11 de junho de 1948, foi aprovada uma resolução na ONU, que estabeleceu um embargo aos britânicos, que não podiam mais fornecer munições e armas aos árabes. Enquanto isso, Israel arrecadava dinheiro de várias comunidades judaicas pelo mundo, para logo ter condições de se armar.

Os judeus não venceram todos os conflitos, mas foram os grandes vitoriosos durante a primeira guerra árabe-israelense que começou após a independência de Israel e veio a terminar em junho de 1949. Antes da independência, os judeus possuíam 7,23% de terras na Palestina, com o final do primeiro conflito, passaram a ocupar 77% da área.

A Faixa de Gaza, território que deveria pertencer aos palestinos, passou a ser administrada pelo Egito. Também perdeu dois territórios para a Transjordânia, que anexou a Cisjordânia e Jerusalém – que deveriam pertencer à Palestina–, assim se fez surgir o reino da Jordânia. O Estado da Palestina, estabelecido pela divisão da ONU, que iria pertencer aos árabes, nem chegou a nascer.

Havia 1,5 milhão de árabes na Palestina, com a guerra, 750 mil árabes se tornaram refugiados, ou seja, a metade da população que vivia no local deixaram seu lar em busca de segurança. A fuga dos árabes foi muito benéfica aos judeus, que passaram a ser uma maioria populacional no território.

Para prejudicar ainda mais a situação dos palestinos, o primeiro-ministro de Israel, David Ben-Gurion, proibiu que os refugiados retornassem, descumprindo a resolução 194 da ONU:

[...] reconhece aos refugiados palestinos o direito de regressarem aos seus lares ou de serem indenizados, se assim o preferirem. Apesar de o preâmbulo da resolução que o admitiu na ONU mencionar explicitamente a aplicação desta resolução, Israel recusou-se e continua a recusar-se a aplicá-la. Apressando-se a arrasar as aldeias palestinas que tinham sido esvaziadas dos seus habitantes (o número habitualmente avançado é de cerca de 500 localidades) e distribuindo as terras aos imigrantes judeus, Israel

tornou impossível o regresso de uma boa parte dos refugiados aos seus lares (COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ, 2002 apud SENNA, 2008, p. 25).

Além disso, para favorecer o reconhecimento de novos judeus, David Ben-Gurion criou a “Lei do Retorno”, que considera judeu qualquer pessoa que se reconheça judia, e quem fizer isso terá todos os direitos de cidadania em Israel, podendo votar, trabalhar, ter assistência, possuir território e moradia (VILELA, 2004).

Esse foi somente o primeiro embate pós partilha da Palestina. O trabalho irá apresentar, a seguir, os outros conflitos que fizeram parte do contexto histórico do local. No entanto, serão destacados apenas os mais relevantes.

3.4.1A Guerra de Suez

Durante a década de 1950, Gamal Abdel Nasser, muito revoltado com a corrupção e a derrota de seu país para Israel, assumiu o poderio no Egito. Nasser visava o progresso econômico do Egito e procurava reencontrar a dignidade dos árabes (SENN, 2008).

No dia 26 de julho de 1956, Nasser anunciou a nacionalização da Companhia Universal do Canal Marítimo de Suez, que antes era de domínio francês e inglês. A justificativa para tal era de que com a exploração da companhia poderia financiar a obra da barragem em Assuã. A França e a Inglaterra diziam que Nasser violou o direito nacional com esse ato, porém ele nacionalizou a Companhia Universal do Canal Marítimo de Suez – uma empresa –, e não o Canal de Suez – um local geográfico.

De acordo com Vilela, a França

[...] sentido-se lesada pela nacionalização, decidiu realizar uma expedição militar contra Nasser. Inglaterra e Israel apoiam a França. A França articula um enredo cínico para justificar a guerra: Israel iniciaria o conflito, invadindo a Península do Sinai, que pertencia ao Egito; depois, França e Inglaterra [...] interviriam para separar os contendores, obrigando-os a ficar uma distância de 16 quilômetros do Canal de Suez. Ou seja, o invasor (Israel) teria o direito de ficar com quase toda a Península do Sinai e o invadido (o Egito) seria obrigado a recuar 16 quilômetros da margem oeste do Canal de Suez, deixando-o sob domínio internacional! (VILELA, 2004, p. 133).

Em 29 de outubro de 1956, iniciou-se a Guerra de Suez, que também pode ser chamada de Segunda Guerra Árabe-Israelense. Neste dia, os soldados de Israel começaram a invadir o Egito pelo deserto de Sinai, com o objetivo de chegarem ao Canal de Suez. Os egípcios nem perceberam que estavam sendo atacados, pois suas linhas de comunicações foram danificadas e, quando Nasser percebeu que precisava contra-atacar, o deserto de Sinai já estava quase todo tomado. Dois dias depois, as forças militares da França e da Inglaterra começaram a atacar o Egito.

A guerra foi detida por ações conjuntas dos EUA e da URSS, em pleno período de Guerra Fria. Ambos não admitiam novas formações territoriais que não fossem de seus interesses, assim entraram em ação. O governo dos EUA ameaçou pedir à ONU para impor sanções petrolíferas contra os ingleses e os franceses, e também intimidou o primeiro-ministro britânico, afirmando que iria derrubar a libra esterlina. Já a URSS mandou a Inglaterra e a França a voltarem para a casa.

Com o fim da guerra, Nasser foi derrotado, mas saiu como um herói do mundo árabe, e também passou a ter mais aproximação com a URSS. Já Israel passou a ter uma aproximação dos EUA, pois tinha um regime oposto ao comunismo. (VILELA, 2004).

3.4.2 A Criação da Organização para Libertação da Palestina e a Guerra dos Seis Dias

Em 1964, o Egito e a Síria criaram a Organização pela Libertação da Palestina (OLP), que tinha como propósito pôr um fim ao Estado de Israel e criar o Estado da Palestina em todo o território que antes pertencia aos palestinos. Os países árabes estavam “dispostos a usar a questão palestina como instrumento de sua unidade e da luta contra Israel, mas sem permitir autonomia política aos palestinos” (BRENER, 1993, p. 50). Com essas convicções, os árabes vieram a combater o Estado de Israel e fez surgir uma nova guerra.

Devido às ameaças dos árabes, Israel decidiu se alinhar completamente aos interesses dos EUA. Nesse sentido Vilela (2004) afirma que os israelenses não hesitaram em se tornar uma espécie de “embaixada do Ocidente” no Oriente Médio. Em troca, receberiam recursos econômicos e bélicos para combaterem os árabes de diversos países.

Em maio de 1967, sob pressão da Síria, o primeiro-ministro do Egito, Gamal Abdel Nasser, agiu de maneira belicosa. Pediu à ONU que retirasse suas tropas do deserto de Sinai (que havia sido ocupado desde o conflito em Suez, em 1956) para enviar os seus soldados. O então secretário-geral da ONU acatou o pedido e suas tropas deixam o local. Em seguida, Nasser ordenou o fechamento do Golfo de Acaba¹⁶, impedindo os navios israelenses de chegarem ao Porto de Eilat¹⁷. Observa-se então que “a estratégia de Nasser era de asfixiar Israel, cercando seu território por meio de uma grande aliança árabe” (VILELA, 2004, p. 141). Nasser tinha apoio de outros países árabes no combate contra Israel.

No dia 5 de junho de 1967, Israel começou a atacar o Egito, depois a Síria e a Jordânia. A guerra durou apenas seis dias e daí vem o nome, Guerra dos Seis Dias. O Egito perdeu para os israelenses a Faixa de Gaza e toda a Península de Sinai. Os israelenses também conseguiram dominar toda a cidade de Jerusalém, as Colinas de Golan e a Cisjordânia. Israel perdeu apenas 764 homens durante o combate, mas o resultado da guerra triplicou seu território (VILELA, 2004).

Ao tomar o controle de Jerusalém, Israel violou o direito internacional previsto na partilha realizada pela ONU, em 1947, que determinava que Jerusalém deveria ficar sob controle internacional. Entretanto, foi uma grande conquista para os judeus, visto que em dois mil anos foi a primeira vez que os judeus dominaram totalmente a cidade de Jerusalém.

Mais tarde, em 22 de novembro de 1967, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a resolução 242, determinando que Israel se retirasse dos territórios ocupados em junho. Entretanto, Israel não acatou a resolução e decidiu permanecer com os territórios conquistados e anexou Jerusalém Ocidental (TREIGNIER, 1994).

A Guerra dos Seis Dias humilhou alguns países árabes que se juntaram para combater um pequeno Estado de Israel recém-criado. Além disso, mais 220 mil árabes se tornaram refugiados, resultando em milhares de famílias sem lar percorrendo os países da região em busca de uma vida melhor. O fracasso dessa guerra levará a um novo conflito conhecido como Guerra do Yom Kippur, a ser abordada a seguir.

¹⁶O Golfo do Acaba banha o Estado Israel, a Arábia Saudita, o Egito e a Jordânia.

¹⁷O Porto de Eilat é o único porto de Israel no Mar Vermelho e está localizado no Golfo de Acaba. Tem grande importância estratégica e econômica ao país, visto que através deste as embarcações israelenses podem chegar ao Oceano Índico.

3.4.3 A Guerra do Yom Kippur

Muitos conflitos que envolveram os países árabes (principalmente o Egito) contra Israel ocorreram após a Guerra dos Seis Dias. Um de grande relevância a ser abordado foi o combate que se iniciou durante um feriado judaico.

Com a morte de Nasser, em 1970, o Egito passa a ser governado por Anuar El Sadat, que também tinha como propósito combater Israel. No dia 6 de outubro de 1973, momento em que os israelenses estavam comemorando o feriado do Yom Kippur¹⁸, que as tropas egípcias começaram a atacar o local. Os judeus não esperavam por isso, não imaginavam que poderiam ser atacados durante o feriado religioso, na qual muitos soldados estavam de folga e rezando juntamente com seus familiares. As tropas egípcias se aproveitaram do evento para realizarem um ataque surpresa.

Por conta de os israelenses não estarem preparados no momento do combate, os egípcios estavam esperançosos de que desta vez iriam vencer um conflito contra Israel. No entanto, a falta de coordenação por parte das tropas árabes os levaram a uma emboscada, quando ficaram cercados pelos combatentes judeus e, graças à URSS e aos EUA, que utilizaram de ações diplomáticas, um massacre foi impedido. Os israelenses também contiveram as tropas da Síria que, juntamente com os egípcios, combatiam Israel (SENNÁ, 2008).

Com as pressões da ONU e das superpotências (EUA e URSS), a Guerra do Yom Kippur foi encerrada. Os países árabes passaram a evitar novos conflitos com Israel e os palestinos foram os principais perdedores já que a opinião deste nunca foi consultada durante o planejamento da guerra e “quando a guerra acabou, ficaram sob uma revigorada repressão judaica a qualquer atividade política ou sindical nos territórios ocupados por Israel” (VILELA, 2004, p. 153).

Este conflito chegou ao fim mas, desta vez, sem grandes vitórias para ambas as partes. Israel não obteve alterações territoriais e seu governo sofreu sérios danos políticos pela sua sociedade - que teve a autoconfiança abala - pelo fato de terem sido gravemente atacados pelos árabes. Deste modo, o Partido Trabalhista que comandava o país desde 1948, foi derrotado na eleição seguinte.

¹⁸O Feriado de Yom Kippur é a data mais importante ao judaísmo e é considerado o Dia do Perdão. Neste dia os judeus fazem jejum e rezam para obterem o perdão por seus pecados.

Em setembro de 1978, foi assinada uma intenção de paz entre os governos de Israel e do Egito, que ficou conhecido como acordo de Camp David. Além disso, “os israelenses se retirariam do Sinai e seriam iniciadas negociações nos próximos cinco anos para discutir a concessão de autonomia às colônias de Gaza e da Cisjordânia, onde vivia a maioria dos palestinos” (GRINBERG, 2002, p. 115). O acordo foi visto como uma nova esperança de paz na região.

Com isso, daremos início ao próximo confronto, a qual os cidadãos palestinos, cansados da ocupação dos israelenses, decidiram lutar contra a invasão destes.

3.4.4 A Primeira Intifada

Em dezembro de 1987, 40 anos após os palestinos serem exilados de seu território e sem terem muita esperança nas promessas da OLP, os habitantes palestinos de Gaza e da Cisjordânia decidiram se revoltar contra a ocupação de Israel, sendo assim, milhares de jovens saíram às ruas em uma manifestação e lutaram contra o exército israelense.

Tratou-se de uma revolta dos palestinos sem o uso de armas. Milhares de participantes foram liderados por jovens que comandavam as passeatas. Neste momento, os israelenses não tinham mais como inimigos soldados, mas sim jovens, dentre eles, mulheres e crianças, que combatiam os soldados israelenses com pedras e paus. Este protesto ficou conhecido como a Primeira Intifada, que em árabe significa “sobressalto”.

A partir de então, a comunidade internacional começou a observar uma luta entre pedras e paus contra tiros de fuzis, ou melhor dizendo, entre pessoas indefesas e soldados armados:

Israel revelou-se totalmente despreparado para a rebelião. Seus soldados, acostumados a enfrentar tropas árabes regulares ou terroristas, viram-se disparando para todos os lados (BRENER, 1993, p. 57).

Os palestinos começaram a aceitar e a respeitar as instruções da OLP, que pretendia diminuir a violência. Em novembro de 1998, foi realizada uma reunião no

Conselho Nacional Palestino¹⁹, que progrediu com as negociações de paz ao “admitir a existência do Estado de Israel” (VILELA, 2004, p. 165). Em seguida, a OLP veio a proclamar a fundação do Estado da Palestina – ao qual Israel foi contra –, que teve um imediato reconhecimento de 90 países. Logo, o Conselho Nacional Palestino dedicou-se a dialogar com o governo norte-americano, pois este tem grande poderio para fazer com que o Estado Palestino venha a existir.

Já em Israel, muitos soldados judeus não foram capazes de combater os palestinos que tinham apenas paus e pedras para se defenderem; assim, recusaram-se a atirar. Ao mesmo tempo, cresciam as manifestações entre os israelenses para que o governo de Israel negociasse a paz com os palestinos (VILELA, 2004).

Até 1992, 20 mil palestinos foram feridos, cerca de dois mil foram mortos e 120 mil presos durante a Primeira Intifada. Anos seguiram-se até a revolta terminar somente em 1993, com a assinatura do Tratado de Oslo.

3.4.5 O Tratado de Oslo

O governo da Noruega, até certo momento, estava neutro perante o conflito; no entanto, em 1993, começou a conduzir conversações entre Yasser Arafat, presidente da OLP, e Yitzhak Rabin, primeiro-ministro de Israel, tendo como mediador o então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton. Deste modo, após muitas negociações, em 13 de novembro de 1993, foi firmado em Oslo, na Noruega, uma Declaração de Princípios, onde seria realizada a paz entre ambos os lados (SENNA, 2008).

Abaixo, a tão famosa foto com os protagonistas do Acordo de Oslo, a qual se cumprimentaram como sinal de paz. Podemos visualizar Yitzhak Rabin (à esquerda), Bill Clinton (ao meio) e Yasser Arafat (à direita). (Figura 3).

¹⁹O Conselho Nacional Palestino é um órgão legislativo que pertence à Organização para Libertação da Palestina.

Figura 3 - Famosa foto que representa a paz entre os palestinos e os judeus



Fonte: Aniquilação... ([201-?]).

O compromisso dos dois povos ficou conhecido como Acordo de Oslo, ou Acordos de Oslo (em razão de que uma série de acordos que foram assinados). Oslo foi o local em que as partes entraram em concordância. O acordo entre Israel e a OLP foi um marco importante para o estabelecimento da paz. Assim, ficou definido, que

[...] o estabelecimento de um autogoverno palestino por um período interino de cinco anos, tão logo se efetivasse a retirada da administração civil e das forças militares israelenses da Faixa de Gaza e da cidade de Jericó, na Cisjordânia. Tratava-se da constituição de um conselho, mais tarde denominado Autoridade Palestina (LOPES, 2007, p. 4).

O estabelecimento de um autogoverno levou à constituição da Autoridade Nacional Palestina²⁰ (ANP), em 1994, que teve como presidente Yasser Arafat. Segundo o acordo de Oslo, a ANP – que atualmente representa os palestinos – deveria existir até maio de 1999, período para que os territórios da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, já tivessem suas situações resolvidas com a desocupação de Israel.

Para que o acordo tivesse sucesso, as partes deveriam manter a segurança na região. Desta maneira, Israel seria o responsável por manter a defesa das

²⁰“A Autoridade Nacional Palestina (ANP) é uma organização concebida para ser um governo de transição até o estabelecimento do Estado palestino independente” (SENNA, 2008, p. 34).

“fronteiras internacionais e dos territórios limítrofes com o Egito e a Jordânia, ficando, ainda, sob seu controle, a segurança dos israelenses na Faixa de Gaza e na Cisjordânia” (LOPES, 2007, p. 6). A ANP, por sua vez, ficou encarregada de assegurar a segurança e a ordem pública dos palestinos. Todavia, a ANP não conseguiu combater os grupos terroristas de palestinos que não apoiavam o processo de paz, e os israelenses não hesitaram em utilizar esse fato como justificativa para suspender as negociações.

É oportuno mencionar aqui que a ANP encontraria dificuldades em cumprir com o acordo, já que

[...] se encontrava em uma fase de formação de suas instituições, não possuía ainda recursos suficientes, nem uma infraestrutura e um aparato institucional adequados para garantir o cumprimento das cláusulas sobre a manutenção da ordem pública e da segurança. Dessa forma, já seria previsível que ela encontraria dificuldades para agir de forma coordenada com Israel e para cumprir os termos dos acordos (LOPES, 2007, p. 6).

A dúvida a respeito se o acordo de Oslo foi ou não concretizado será abordada e respondida adiante.

3.4.5.1 O insucesso do Acordo de Oslo

O progresso para Israel e Palestina chegarem a paz não foi bem sucedido. Alguns palestinos ainda continuaram a atacar os civis israelenses, enquanto isso Israel adia a retirada suas tropas de terras palestinas, mas ainda desempenhava um controle contra os árabes palestinos. Vários princípios dos acordos foram violados pelos dois lados.

A violência continuava crescendo, e em novembro de 1995, um fundamentalista judeu chegou ao ponto de assassinar o primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, alegando que o primeiro-ministro não estava contribuindo para o avanço do processo messiânico.

Binyamin Netanyahu assumiu o governo de Israel de 1996 a 1998, defendeu interromper as negociações com os palestinos, fato que só prejudicou ainda mais o processo de paz na região. Devido a essa posição, os EUA começaram a interferir neste novo governo para que realizasse concessões.

Após várias negociações para retirada militar de terras palestinas por partes dos israelenses, chegamos ao ano 2000, com a declaração de Arafat de que a Palestina se tornaria um Estado. Em seguida, em julho de mesmo ano, o então presidente norte-americano, Bill Clinton, convoca o primeiro-ministro israelense - Ehud Barak (1999 a 2001) -, e o representante palestino, Arafat, para uma reunião em uma cúpula de paz (SENNA, 2008).

A proposta final da cúpula foi rejeitada pela ANP, argumentando que esta

[...] negava viabilidade e independência ao Estado Palestino, ao dividir o território em quatro cantões totalmente separados e rodeados por território israelense (o que lhes permitiria controle) e porque negava o controle palestino sobre suas fronteiras, espaço aéreo e recursos hídricos, enquanto legitimava e expandia as colônias israelenses em território palestino (LAMAS, 2004, p. 3).

Sobre a questão dos refugiados, Israel não se opôs à volta destes, mas deveriam apenas se instalar na Cisjordânia ou na Faixa de Gaza; porém os palestinos reivindicavam que deveriam voltar inclusive ao território de Israel, mas este último não aceitou.

Bill Clinton se reuniu mais uma vez (desta vez em particular com cada um), com Barak e Arafat, para tentar um acordo, porém, mais uma vez seus esforços foram em vão.

3.4.6 A Segunda Intifada

Bill Clinton não conseguia fazer com que os representantes das partes em envolvidas chegassem a um acordo definitivo. Todavia, as negociações continuavam para que o conflito tivesse um fim, até que em setembro de 2000, iniciou-se a Segunda Intifada. Surge mais uma forte resistência dos palestinos contra a ocupação de Israel, resultando em milhares de vítimas para ambos os lados.

Israel bloqueou a entrada de qualquer árabe em Jerusalém, criou postos de controle, proibiu a passagem dos palestinos em algumas vias públicas e construiu um muro de segregação, tudo isso com a justificativa para impedirem ataques palestinos, o que viola o direito de ir e vir destes.

Arafat, na tentativa de cumprir com as determinações do governo de Israel, prendeu muitos terroristas palestinos nos territórios administrados pela ANP. Porém,

Ariel Sharon – eleito primeiro-ministro de Israel em 2001 –, afirmava que Arafat não tomava medidas suficientes para controlar a situação e fomentava a violência contra Israel.

Em 30 de março de 2002, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a resolução 1402, determinando mais uma vez a retirada de tropas israelenses de terras palestinas e exigindo o fim da violência entre os povos.

Logo mais, em 2003, os EUA, a União Europeia, a Rússia e a ONU, apresentaram um plano que ficou conhecido como Mapa da Paz, que previa

[...] a criação de um Estado Palestino independente na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, ao lado de Israel. Em resumo, sugere que em troca de um estado soberano a ANP deve fazer reformas democráticas, abandonar e combater o terrorismo. Israel, da sua parte, deve aceitar e apoiar a emergência de um governo palestino reformado e encerrar a presença colonial em Gaza e na Cisjordânia, quando estiver eliminada a atividade terrorista de origem palestina. E o fim permanente ao conflito com um acordo final sobre as fronteiras, o status de Jerusalém e o futuro dos refugiados e assentamentos israelenses, que deveria acontecer até 2005. Os Estados árabes também devem firmar acordos de paz com Israel (SENNÁ, 2008, pp. 39 – 40).

O acordo fora aceito pelos dois lados, Arafat e Sharon. Todavia, o acordo ainda continua inefetivo.

Com a morte de Arafat em 2005 foi realizada uma nova eleição para a presidência da ANP, e a Organização passa a ter como presidente Mahmud Abbas. O novo presidente era integrante do Hamas, uma organização política palestina que tem como propósito lutar contra a existência de Israel, e também é considerada uma entidade terrorista.

Segundo o que foi proposto por Sharon, ele removeu suas tropas da Faixa de Gaza e decretou que iria retirar toda a presença israelita de quatro colônias na Cisjordânia e da Faixa de Gaza. No entanto, essa ação não foi bem vista por parte da população israelense.

Em 2006, com a posse de Mahmud Abbas, o Hamas chega ao poder. A partir disto, a política palestina passou a visar a libertação da Palestina e eliminar o Estado de Israel.

No mesmo ano, o primeiro-ministro de Israel sofreu um derrame e Ehud Olmert o substituiu. Em seu discurso, argumentou que iria tentar negociar para obter

um acordo com os rivais, tinha como propósito redefinir as fronteiras de Israel e desistir de uma parte de terras israelenses.

Muitos anos se passaram após Segunda Intifada, que ainda perdura, porém em menor intensidade, mas ainda não há paz entre os povos envolvidos. Muitas negociações foram realizadas para que chegassem a um entendimento, mas tudo o que é posto em prática não é realizado (SENNÁ, 2008).

3.5 A SITUAÇÃO ATUAL DOS PALESTINOS

Atualmente, podemos observar a hostilidade entre os israelenses e os palestinos, bem como conflitos que surgem do nada e demoram dias para terminar. O embate ainda perdura, o que faz aumentar o número de refugiados palestinos.

Em 1951, a Convenção de Refugiados²¹ do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) definiu que refugiado é uma pessoa que “temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país” (DESLOCANDO-SE..., [entre 2001 e 2015]).

Os palestinos podem ser, então, considerados refugiados, porém essa é uma definição limitada, pois muitos foram deslocados de territórios que se tornaram parte do Estado de Israel e agora se encontram em territórios palestinos, desta forma, podem ser chamados de deslocados internos. Para um melhor entendimento desse conceito, “os deslocados internos são pessoas que não chegaram a cruzar as fronteiras de seus países, mas deslocaram-se para outras regiões de seus territórios nacionais em busca de proteção”. (FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO, 2014, p. 19).

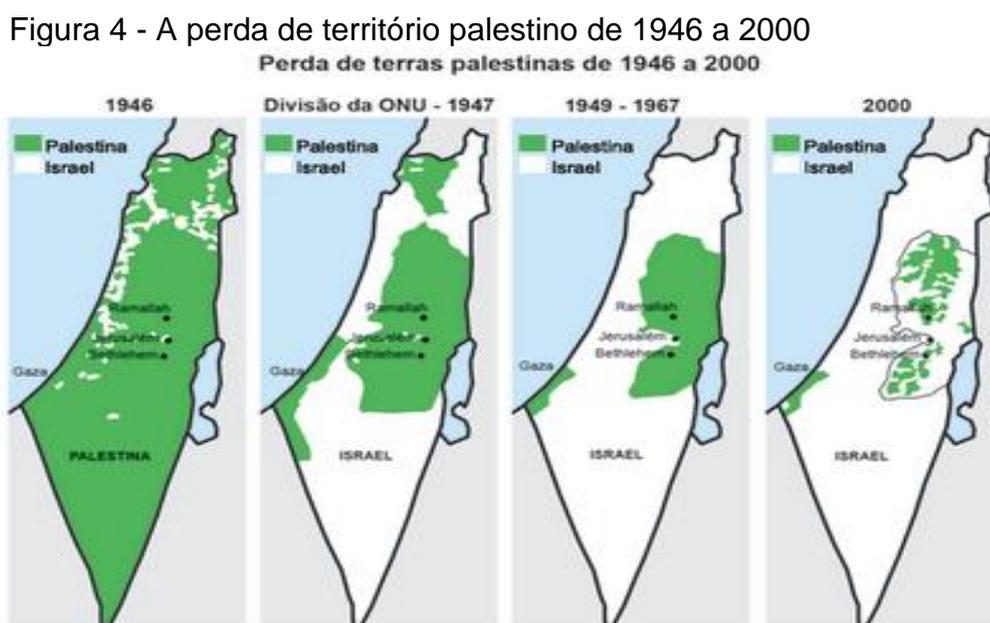
Nesse sentido, ocorreram duas grandes ondas que fizeram milhares de palestinos se tornarem refugiados. A primeira deu-se com a fundação do Estado de Israel em 1948, quando cerca de 80% dos palestinos que viviam dentro das fronteiras do Estado que acabara de ser criado tiveram que fugir. A segunda onda ocorreu em decorrência da Guerra dos Seis Dias, de 1967, quando Israel ocupou mais territórios árabes (SMITH, 2008, p. 136).

²¹A Convenção de Refugiados é um órgão da ONU que estabelece padrões para o tratamento de refugiados.

Em mais de 65 anos, desde o primeiro conflito entre os árabes palestinos e judeus, que foi culminado graças a criação do Estado de Israel, mais de 5,1 milhões de palestinos deixaram seu lar em busca de segurança (AGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS DE ASSISTÊNCIA AOS REFUGIADOS DA PALESTINA, 2014).

Os refugiados palestinos tiveram que migrar para outros países e, assim, recomeçarem uma vida do zero, sem casa, sem emprego, muitas vezes sem um membro da família (que ficou para trás ou morreu em combate), e tiveram que se adaptar em uma nova cultura e costumes. Os deslocados internos tiveram que sair de seus lares para morarem em pequenos e apertados territórios palestinos rodeados e monitorados pelos judeus. Em busca de segurança, os palestinos se submetem a essa maneira de viver.

Abaixo, podemos visualizar pela imagem a perda do território palestino ao longo dos anos (Figura 4):



Fonte: Movimento... (2013).

Neste capítulo, vimos que a partilha da Palestina fez gerar ondas de conflito que se estenderam até os dias de hoje, a qual faz crescer o número de refugiados que deixam seus lares em procura de paz. No capítulo 4, veremos como a ONU age diante do conflito entre os israelenses e os palestinos, bem como os pressupostos de Edward Said.

4 A AÇÃO INTERNACIONAL NO CONFLITO ISRAEL-PALESTINO

Neste capítulo abordaremos as ações internacionais tanto da ONU quanto de alguns países da sociedade internacional perante o conflito que envolve os judeus e os árabes palestinos. Para discorrer sobre a opinião da comunidade internacional em relação aos povos do Oriente, usaremos como referência a obra *Orientalismo* de Edward Wadie Said. Nela o autor apresenta motivos pelos quais a sociedade global não se posiciona sobre o conflito. Como veremos adiante, esses motivos existem devido à concepção que o Ocidente tem sobre o Oriente, julgando-os de maneira errônea sem ao menos conhecê-los totalmente.

Said procura mostrar como o Oriente é representado em obras de alguns países do Ocidente, como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos. Porém, pretendemos dar ênfase na fase mais recente desse tema, que é a maneira como os Estados Unidos veem a cultura e o povo oriental.

Logo mais, pretendemos demonstrar os motivos que impedem a ONU de contribuir com o fim do conflito. A mesma deu origem ao embate que perdura até hoje, bem como propôs resoluções que não foram colocadas em prática.

As Resoluções que serão analisadas comprovam a ineficácia da ONU ao pôr uma recomendação em prática. Esta depende muito dos interesses da comunidade internacional, ou melhor dizendo, das países integrantes do órgão e que decidem suas ações conforme lhes convêm.

Para este tópico, utilizaremos como principal fonte o trabalho de Noeli Rodrigues, que relata muito bem as questões das resoluções que praticamente não saíram do papel.

Por último, veremos o posicionamento da comunidade internacional sobre o pedido da Autoridade Nacional Palestina à ONU para ter seu território reconhecido como membro da Organização e possivelmente ter um Estado soberano e independente. Deste modo, daremos início ao último capítulo deste trabalho.

4.1 A AVERSÃO AO OCIDENTE SEGUNDO EDWARD SAID

Para começarmos este tópico, partiremos da definição de orientalismo. Said (1978) parte do conceito de que o Oriente é uma criação do Ocidente, ao seja, não é um nome dado devido à sua localização geográfica, mas uma invenção política e

cultural que foi definida por alguns povos europeus e, que mais tarde, os norte-americanos também passaram a interpretá-los de forma equivocada. O autor também define orientalismo como uma escola de interpretação, na qual o material de estudo é o Oriente, a qual define os povos deste local como exóticos e inferiores. O orientalista era uma espécie de perito que interpretava o Oriente para as pessoas interessadas no assunto. Dessa forma, podemos entender que Orientalismo é um conjunto de conhecimentos referentes aos orientais, tais como suas histórias, línguas e civilizações.

A maioria dos orientalistas são ocidentais, mas também há orientalistas orientais, porém em menor número.

A análise da Said (1948) a respeito do orientalismo começa durante o século XVIII e vai até o começo do século XXI, cuja análise inicia-se a partir interpretação de povos europeus sobre os povos orientais.

Estudiosos orientais da Europa, em particular, da França e da Inglaterra, procuravam em suas obras analisarem as culturas ocidentais; porém, ao tratarem da cultura oriental, os europeus – que se consideravam pertencerem a uma cultura mais avançada – tratavam o Oriente com racismo, ao mesmo tempo em que eram imperialistas e etnocêntricos. Faz-se oportuno mencionar que Said esclarece que nos primórdios do século XIX “as teses sobre o atraso, a degeneração e a desigualdade do Oriente em relação ao Ocidente associavam-se com extrema facilidade às ideias sobre as bases biológicas da desigualdade racial” (SAID, 1978, p. 213). Em muitas teses foram encontradas formas explícitas de racismo, a qual dividia as sociedades avançadas das atrasadas.

Os orientais eram vistos como povos incivilizados, atrasados e retardados, e que tinham problemas a serem resolvidos através da colonização, visto que o Ocidente cobiçava seus territórios, no caso, o antigo Império Otomano. Além do mais, tratavam a religião Islã “como algo miserável, vazio e trivial” (SAID, 1978, p. 215).

Essas considerações que o Ocidente apresentou sobre o Oriente era resultado de uma total ausência sentida e experimentada sobre a cultura oriental.

Ao longo dos anos, a compreensão que os europeus tiveram sobre os orientais foi deixando de ser “textual e contemplativa e passou a ser administrativa, econômica e até mesmo militar. A mudança fundamental foi espacial e geográfica [...] no que dizia respeito ao Oriente” (SAID, 1978, p. 217). Deste modo, no século

XIX, os ocidentais passaram a penetrar em terras orientais que se tornaram colônias inglesas e francesas. Ambos tinham uma opinião comum em relação ao Oriente, de que “era um espaço geográfico a ser cultivado, colhido e guardado” (SAID, 1978, p. 225).

Mas tarde, a França e a Inglaterra deixaram de ser o centro da política mundial, com a emergência do império norte-americano. Em outras palavras, “assim como a Inglaterra e a França dominaram no passado os horizontes intelectuais no Oriente em virtude da sua proeminência e riqueza, hoje são os Estados Unidos que ocupam esse lugar” (SAID, 1978, p. 327). Dessa maneira, desde a Segunda Guerra Mundial, os EUA começaram a dar mais atenção ao mundo árabe, colocando sua visão orientalista em prática.

Dessa forma, o árabe passou a receber uma visão negativa, “visto como um perturbador da vida de Israel e do Ocidente, ou, em outra perspectiva da mesma coisa, como um obstáculo superável à criação de Israel em 1948” (SAID, 1978, p. 290). Já a Palestina era vista como um deserto, cujos habitantes eram nômades inconsequentes “que não tinha nenhum direito real sobre a terra, e, portanto, nenhuma realidade cultural ou nacional. Desse modo, o árabe passa a ser concebido como uma sombra que persegue o judeu” (SAID, 1978, p. 290).

Os árabes, por serem grandes fornecedores de petróleo, ganharam mais uma característica negativa, pois era inadmissível, por parte dos norte-americanos, que um povo desmoralizado possuísse enormes reservas de petróleo.

Said aponta ainda que a televisão e os filmes criaram um forte estereótipo do árabe, pois a sua imagem passou a ser associada

[...] à desonestidade sedenta de sangue. Aparece como um degenerado supersexuado, capaz, é claro, de intrigas astutamente tortuosa, mas essencialmente sádico, traiçoeiro, baixo. Traficante de escravos, camaleiro, cambista, trapaceiro pistoleiro: estes são alguns dos papéis tradicionais do árabe no cinema (SAID, 1978, p. 291).

O resultado dessa imagem do árabe faz gerar um temor nas pessoas, com receio de que eles venham a controlar o mundo.

Assim, não só a mídia apresentava uma visão distorcida dos árabes, mas o meio acadêmico também apresentava ideias grosseiras, afirmando que eram basicamente assassinos e que a trapaça estava em seus genes. Todavia, essas

ideias não eram contrariadas, mas sim apoiadas. Os orientalistas norte-americanos assumiram e conservaram um comportamento de hostilidade cultural.

Esse novo orientalismo julgava tendenciosamente o povo árabe e os comparava com o Ocidente. Este último era racional, superior, humanitário e desenvolvido, já os orientais eram inferiores, aberrantes, subdesenvolvidos e incapazes de representarem a si mesmos (o Ocidente acreditava que deveriam representá-los). Ainda eram temidos e deveriam ser controlados para serem pacificados.

Sobre os árabes palestinos, os orientalistas afirmavam que, ao resistirem a serem colonizados, agiam como selvagens estúpidos, visto que tinham menos direitos que os judeus de imigração em razão de serem menos desenvolvidos. Deste modo, o orientalismo passou a reger a política israelense em relação aos árabes.

No entanto, Said afirma que nem toda forma de orientalismo é ruim, pois há muitos estudiosos que trabalham com esse tema, cuja produção é extremamente valiosa. Nas palavras do autor:

Acredito positivamente [...] que está sendo feito o bastante hoje em dia nas ciências humanas para fornecer ao estudioso contemporâneo visões, métodos e ideias que possam dispensar os estereótipos raciais, ideológicos e imperialistas do tipo fornecido pelo orientalismo durante a sua ascendência histórica (SAID, 1978, p. 332).

Deste modo, percebemos a imagem lamentável que o árabe carregou e ainda carrega de grande parte do mundo. Imagem que difama um povo com grandes importâncias históricas e culturais que deveriam ser respeitados. Said procurou demonstrar o incômodo que é a existência dos orientais ao Ocidente, incômodo este que resultou em estereótipos e racismo.

4.2 A NÃO EFETIVIDADE DAS RESOLUÇÕES

Este tópico se propõe a destacar a não efetividade das resoluções das Nações Unidas referentes às questões da Palestina, de modo a justificar essa não efetividade em parte pela compreensão errônea que o Ocidente tem em relação ao Oriente, conforme exposto anteriormente pelas concepções de Said.

Deste modo, serão abordadas algumas resoluções que foram recomendadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas e pelo Conselho de Segurança das

Nações Unidas. Através destes documentos, a ONU implementou recomendações para que fossem acatadas pelos países com o objetivo de buscar a paz entre Israel e Palestina. Entretanto, o posicionamento dos países quem compõem o Conselho de Segurança, ou melhor dizendo, os membros permanentes que possuem poder de veto, não contribuíram para tal feito. A inefetividade das ações da ONU deu-se, então, devido à dependência que o órgão tem no que diz respeito aos interesses desses países. Para isso, nos tópicos referentes às resoluções, será principalmente utilizado como referência o trabalho de Rodrigues (2012).

Nem todas as resoluções serão analisadas, somente as consideradas mais relevantes para a pesquisa, que são a Resolução 181 da Assembleia Geral, a Resolução 194 da Assembleia Geral e a Resolução 242 do Conselho de Segurança.

A ineficácia da ONU para implementar a Resolução 181 – que resultou na partilha do território palestino –, culminou em outras resoluções, que serão analisadas a seguir.

Cabe destacar que a análise das resoluções tem como propósito discorrer os motivos que levaram à ineficácia da atuação ONU referente ao conflito e a estagnação da mesma.

4.2.1 A Resolução 181 da Assembleia Geral

No final de 1947, a Assembleia Geral da ONU promulgou a Resolução 181 que previa a divisão do território Palestino em dois e, assim seria criado um Estado aos judeus e um Estado aos palestinos. A resolução ainda previa que o Conselho de Segurança deveria implementar as recomendações e impedir que qualquer país viesse a atrapalhar as recomendações. O documento ainda determinava que a Grã-Bretanha deveria retirar suas tropas armadas do território palestino.

As recomendações tiveram um prazo para serem implementadas e estas foram orientadas pelo Conselho de Segurança da ONU. Esta situação mostra a falta de autonomia que a Assembleia Geral tem para executar um documento legítimo. Embora a Resolução 181 fosse válida e deveria ser colocada em prática, ainda dependia do Conselho de Segurança para que as determinações do documento viessem a ser executadas.

Apesar de haver países favoráveis à criação de um Estado Palestino, ficou a cargo do Conselho de Segurança determinar como as recomendações da

Assembleia Geral seriam postas em prática, o que demonstrava a autonomia desse órgão.

Deste modo, os interesses dos cinco países membros permanentes²² do Conselho de Segurança, que possuíam poder de veto, iriam prevalecer em qualquer decisão que fosse tomada dali pra frente, podendo manipular as decisões colocadas em discussão de acordo com seus interesses.

Um dos principais países, de extrema importância para esse contexto, são os Estados Unidos – um dos cinco integrantes dos membros permanentes. Este, percebendo que o reconhecimento do Estado Palestino lhe traria mais custos do que ganhos, preferiu alinhar-se à Israel.

Neste sentido, no momento em que um país que faz parte do Conselho de Segurança passa a apoiar Israel, acaba neutralizando o posicionamento dos outros Estados que integravam a Assembleia Geral, pois seus interesses irão ser privilegiados, o que torna a Organização das Nações Unidas uma instituição não democrática, visto que os interesses dos países que faziam parte da Assembleia Geral não iriam ser aplicados.

Em conformidade com essa linha de pensamento, Rodrigues destaca que

[...] a organização que nasceu para executar decisões que abrangiam o bem-estar das populações, defendendo a soberania dos Estados e a autodeterminação dos povos age de forma não democrática e ineficiente. A fragilidade da ONU em defender e impor, por assim dizer, as suas deliberações a tornou uma instituição ineficaz, pois delegou o seu poder de decisão especificamente a seus órgãos. Desse modo, a instituição se tornou uma arena, na qual interesses imperialistas (políticos e econômicos) estiveram e permanecem em pauta (2012, p. 73).

Nesse contexto, observamos também que “as decisões no âmbito da ONU passaram a ser definidas de acordo com o comportamento dos Estados em relação aos seus interesses nacionais e transnacionais” (RODRIGUES, 2012, pp. 73 74). Esse poder de decisão que os membros permanentes tinham determinava o resultado de cada disputa no âmbito da ONU.

A Resolução 181 da Assembleia Geral, além de prever a criação do Estado de Israel, também considerou diversos aspectos para que os Estado Palestino

²²Na época, os cinco membros permanentes eram: Estados Unidos, França, China, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Reino Unido.

viesse a ser construído. Porém, este último não recebeu respaldo suficiente para que fosse implementado.

Após a partilha, surgiu uma guerra entre os palestinos e os judeus e o Conselho de Segurança não foi capaz de agir de forma eficiente para assegurar o que está previsto na Carta da ONU, sobre garantir a paz e a segurança internacional.

Ainda segundo Rodrigues (2012, p. 74):

[...] entende-se que as grandes potências que fazem parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas influenciaram substancialmente na implementação da Resolução 181/AG [...] os Estados Unidos constatando que não podia obter nenhum ganho ou cooperação por parte do Estado palestino, optou por apoiar o reconhecimento do Estado israelense. Os ganhos seriam maiores, assim o *status quo* do poder americano alcançaria maior abrangência na região.

A Palestina, se viesse a se tornar independente, teria uma economia pequena e pobre e não serviria para a inserção dos EUA no Oriente Médio. Além disso, o então presidente norte-americano, Truman, concluiu que se apoiasse os sionistas, eles também fariam o mesmo, visto que haviam muitos sionistas residentes no EUA e estes poderiam votar a favor de Truman nas eleições. Por esses motivos os norte-americanos decidiram apoiar Israel.

Contudo, além do que foi exposto, Rodrigues (2012) ainda afirma que se a Palestina se tornasse um Estado independente, esta teria uma frágil relação com os outros países, pois não tinham condições econômicas, políticas e até mesmo militares para responderem às demandas da comunidade internacional.

4.2.2 A Resolução 194 da Assembleia Geral

Em 1948, o choque que se deu entre os judeus e os palestinos após a criação do Estado de Israel os levou a um conflito. A partir de então, teve início uma disputa entre os dois grupos para determinar quem iria controlar a cidade de Jerusalém. Em razão disso, a ONU, através da Resolução 194, instaurou uma comissão para mediar o conflito. Jerusalém é considerada uma cidade sagrada para o cristianismo, o judaísmo e o islamismo e isto a faz ser muito disputada, principalmente pelos árabes e judeus.

Por esse motivo, foi instaurada a Comissão de Conciliação— criada pela Assembleia Geral – para garantir a segurança de Jerusalém e garantir o direito dos palestinos de terem acesso a esses locais. Antes da disputa em questão, a ONU já havia estabelecido na Resolução 181 que Jerusalém ficaria sob administração internacional para não privilegiar apenas um povo.

A disputa pela Cidade Sagrada já ocorria antes, mas o estabelecimento do Estado de Israel em 1947 intensificou ainda mais o conflito entre os israelenses e os palestinos, bem como aumentou ainda mais o número de refugiados. Conforme Rodrigues destaca, “esse contexto estagnou o processo de negociação distanciando árabes e judeus de uma solução pacífica e colocou o reconhecimento do Estado palestino em segundo plano” (2012, p. 80).

A ONU solicitou então que a Comissão de Conciliação – composta pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança –, que apresentasse à Assembleia Geral “propostas para a implementação de um regime internacional permanente em Jerusalém, para garantir a cada um desses povos à autonomia local” (RODRIGUES, 2012, p. 80). Deste modo, indicaram as propostas que deveriam ser desempenhadas. Deveriam garantir aos palestinos o livre acesso a cidade de Jerusalém, pelos meios ferroviários, rodoviários e aéreos.

A Comissão de Conciliação também ficou responsável por garantir o reassentamento dos refugiados e ainda nomearia autoridades e órgãos que deveriam trabalhar de forma eficaz para exercer funções administrativas para manter a paz e a ordem no local. Ao mesmo tempo, o órgão deveria encaminhar ao Conselho de Segurança relatórios periódicos acerca do andamento das ações. Caberia ao Conselho proporcionar os meios necessários para executar o ordenamento da resolução.

Como apontado anteriormente no capítulo 3, o então primeiro-ministro de Israel, David Ben-Gurion, proibiu que os refugiados voltassem ao seu lar, o que causou o descumprimento da Resolução 194 por parte dos israelenses. Posto que as regras estabelecidas na esfera da ONU não foram eficientes, também não foram consumadas.

Deste modo, verifica-se a ineficácia da atuação da ONU em aplicar sua resolução. Embora o órgão tenha determinado a liberdade de acesso dos palestinos aos locais sagrados e a repatriação dos refugiados, suas recomendações não foram

respeitadas e postas em prática. Mais um fato que confirma a ineficácia das ações da ONU.

4.2.3 A Resolução 242 do Conselho de Segurança

O final da Guerra dos Seis Dias levou o Conselho de Segurança adotar, em 1967, a Resolução 242, que previa “o restabelecimento das fronteiras antes da invasão dos territórios concedidos aos palestinos pela Resolução 181” (RODRIGUES, 2012, p. 82). Assim, exigiu de Israel a desocupação dos territórios conquistados pela guerra e sua devolução.

O Estado de Israel além de desocupar todas as terras invadidas e dominadas após a partilha do território palestino, deveriam também reconhecer a soberania e a independência do Estado Palestino.

Rodrigues (2012) atenta para o fato de que para a Resolução ser posta em prática, deveriam encontrar uma solução para os refugiados, bem como assegurar que seu espaço não fosse violado e garantir uma autonomia política no território. Em vista disso, o então Secretário-Geral da ONU designou a uma pessoa o cargo de Representante Especial, que teria como propósito unir esforços para uma solução pacífica sobre questão, e isso deveria ser feito em conformidade com a Resolução 242.

Nesse mesmo contexto, aponta Vilela (2004) que a declaração da resolução foi escrita numa forma confusa, o que levou a sua prática ser inviabilizada. Para entendermos melhor essa situação, transcreveremos a citação do autor do trecho da declaração em inglês e sua tradução: “*Withdrawal of Israel armed forces from territories occupied in the recente conflict*”. A tradução ao pé da letra seria: ‘Retirada das forças armadas israelenses de territórios ocupados no recente conflito’” (VILELA, 2004, p. 144). Para o autor, a escrita “de territórios ocupados” está errada; o correto deveria ser “de todos os territórios ocupados”, pois a maneira que foi redigida permite que os israelenses interpretem do modo que mais lhes convêm. Descarte, o governo de Israel interpretou que a Resolução 242 não lhe obrigava a desocupar todos os territórios conquistados com a Guerra dos Seis Dias.

Contudo, a Resolução 242 também não foi implementada, pois esta foi transcrita de maneira confusa e de dupla interpretação.

4.2.4 Análise das Resoluções das Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas, com o propósito de garantir a paz e a segurança na região, trabalhou para recomendar diversas resoluções. Não foram somente estas citadas acima, muitas outras foram apresentadas, porém, as mencionadas são as mais relevantes de acordo com o contexto da pesquisa.

Todavia, como já vimos, as resoluções não foram implementadas. Inclusive, atenta Rodrigues que “os conflitos deflagrados entre os palestinos e os israelenses tiveram como base o não reconhecimento do Estado palestino, o desrespeito aos refugiados e a não devolução dos territórios ocupados”(2012, p. 87).

A ONU fez várias recomendações, que ao serem implementadas, não foram efetivadas. Isso se deu em virtude de que os atores internacionais muitas vezes não fizeram nada para trabalhar conforme a ONU solicitava.

Ficava sempre a cargo da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança, então, delimitar o que deveriam fazer e como deveriam fazer. No entanto, como esses órgãos são compostos por países que visam o seu benefício diante de uma questão internacional, este irá mover-se em favor dos seus interesses, não dando importância para o que é definido pela ONU.

4.3 A ADMISSÃO DA PALESTINA NA ONU

As informações deste tópico foram retiradas de um guia de estudo da Simulação de Organizações Internacionais (SOI), que foi apresentada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Em 2011, Mahmoud Abbas, presidente da Autoridade Nacional Palestina, pediu à ONU a adesão da Palestina como membro do órgão, requerendo o reconhecimento das fronteiras estabelecidas no ano de 1967. Se isso fosse feito, poderia ser o primeiro passo para que os palestinos tivessem seu Estado independente e soberano. Todavia, nem toda comunidade internacional aceita o reconhecimento do Estado Palestino.

Vamos começar pelos Estados Unidos, a principal potência internacional e que tem forte influência no que se refere à questão palestina. Este, membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, diz apoiar a busca pela paz na

região; todavia, acredita que o conflito só será solucionado através de negociações bilaterais e que o reconhecimento da Palestina não encerra a questão.

Israel certamente não apóia o pedido do presidente da ANP e, assim como os norte-americanos, solicitam que os palestinos solucionem a questão por meio de negociações.

A Palestina argumentou que esses posicionamentos são mais um bloqueio para o estabelecimento da paz entre os palestinos e os judeus. Afirmou ainda que não existem bases comuns para chegarem a um acordo bilateral com Israel e que somente com a admissão da Palestina como Estado-Membro da ONU poderia dar início à paz.

A Alemanha, a França e o Reino Unido, pressionados pelos governos norte-americano e israelense, também são contra a admissão da Palestina à ONU. Caso haja votação, o governo da Itália já se pronunciou dizendo que irá abster-se.

Todavia, muitos países declararam apoio à Palestina. Alguns destes compõem a Liga Árabe – dentre eles o Líbano, a Jordânia, o Egito, o Iraque, a Arábia Saudita, a Síria e outros, que apóiam o pedido palestino. A Liga Árabe ainda declarou que tomará diversas medidas necessárias para que isso seja aceito e irá em busca de apoio dos países da comunidade internacional.

A Turquia e o Brasil manifestam respaldo para que a Palestina anuncie seu Estado e venha a se tornar membro da ONU.

A Palestina ainda conta com dois fortes apoios, ambos integrantes dos cinco membros permanentes que possuem poder de veto no Conselho de Segurança, a China e a Rússia. Ambos expressam seu apoio sobre o propósito da ANP.

A Indonésia, o Irã, a Argélia, o Paquistão, a Índia, e a África do Sul também são favoráveis ao reconhecimento do Estado Palestino e sua adesão à ONU.

Se Palestina fosse admitida como um Estado-Membro da ONU, passaria a possuir poder de voto na Assembleia Geral da ONU, poderia atuar como parte na Corte Internacional de Justiça, “bem como seria submetida aos princípios que regem as regras internacionais, tais quais a da reciprocidade, igualdade diante dos demais e a soberania política e jurídica mediante o seu território” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012, p. 28).

Caso a ONU reconhecesse a participação da Palestina na instituição, seus conflitos não seriam totalmente solucionados, mas esse reconhecimento deixaria os

palestinos mais fortalecidos, pois assim teriam mais poder para negociar acordos de paz com os israelenses.

Além do mais, fazendo parte da ONU, poderia utilizar os tribunais internacionais – que somente Estados que são reconhecidos pela ONU têm acesso – para entrar com uma ação contra a ocupação que Israel vem fazendo cada vez mais de seu território.

É de extrema importância ressaltar que a Organização das Nações Unidas reconheceu, em 1988, a Palestina como uma Entidade Pré-estadual e foi admitida como observador em alguns órgãos da ONU, inclusive na Assembleia Geral. A instituição ainda trabalha promovendo debates e questionamentos acerca da admissão da Palestina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alinhavamos todos os pontos percorridos anteriormente na pesquisa para respondermos à questão que foi a base para que esta monografia viesse a se concretizar. Para darmos continuidade, retornaremos à problemática citada no início deste projeto: quais motivos impedem a ONU de apresentar uma possível solução ao conflito palestino?

Através da análise desenvolvida neste trabalho, podemos perceber que são vários os motivos que impediram o reconhecimento de um Estado soberano ao povo palestino. A atuação da Organização das Nações Unidas como um possível solucionador do caso não foi eficiente no que diz respeito a persuadir os países da comunidade internacional a fazerem valer suas determinações.

Como vimos, os interesses de alguns Estados mais poderosos, principalmente os que compõem os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, e que possuem o poder de veto diante de uma decisão no âmbito da ONU, fazem valer o que é vantajoso para eles. Apesar de haver Estados-membros na ONU que são a favor dos interesses palestinos, a vontade destes não será concretizada, pois além de não serem integrantes do Conselho de Segurança, suas opiniões não são relevantes, visto que não têm grande peso nas decisões das Nações Unidas como as cinco potências que compõem o Conselho. Deste modo, dá-se a ineficácia da ONU. Ao mesmo tempo, o direito de veto concedido aos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança lhes confere poder para definir quais determinações colocadas em discussão no âmbito da ONU serão ou não postas em prática.

Desta forma, para a elaboração destas considerações finais, tornou-se necessário retomar os tópicos elaborados anteriormente.

Apesar do conflito entre os judeus e os palestinos já ocorrer há anos, como apontam os escritos bíblicos, o primeiro tópico do trabalho de conclusão de curso aborda o embate entre os dois grupos durante o século XX. Nesta época, o conflito fortaleceu-se devido aos movimentos sionistas que foram iniciados por idealizadores da época que queriam dar um fim ao antissemitismo. Nesta questão, quem mais se destacou foi o judeu sionista Theodor Herzl, que começou a mover esforços para conseguir apoio político e dos judeus para criar um território soberano, assim estariam livres das perseguições que sofreram ao longo dos anos.

Herzel chegou a negociar a compra de um território pertencente à Argentina, do mesmo modo em que considerou Uganda como hipótese para o estabelecimento do Estado Judeu. A comunidade judaica não o apoiou, pois somente o território palestino os interessava. Assim, Herzel foi à busca para que isso viesse a se concretizar. E de fato foi. Porém, faleceu antes de presenciar a materialização de seu objetivo.

Um movimento sionista²³ ocorreu dali em diante para que conseguissem estabelecer um território judeu na Palestina. No entanto, o local já era povoado por árabes palestinos e estes não permitiram perder território a um grupo desconhecido.

Os sionistas começaram a buscar apoio da Grã-Bretanha para o seu propósito. Como não tiveram o respaldo que queriam, foram em busca do apoio do governo dos EUA. A partir daí, ocorreram várias negociações até que chegassem à ONU, a instituição que ficou responsável em definir o futuro da Palestina.

O tópico seguinte analisou a repercussão dos conflitos que vieram a ocorrer após a ONU decidir que a divisão do território seria a melhor solução para ambos os lados. O veredicto das Nações Unidas foi estabelecido pela Resolução 181, que definiu o plano de partilha da Palestina.

Após o evento, o Estado de Israel foi estabelecido e passou a apossar-se de terras palestinas, que não vieram a ter sua soberania reconhecida. Esta ação israelense obrigou os palestinos a fugirem de suas residências em busca de um lugar seguro, pois a guerra havia sido implantada e os judeus conquistavam cada vez mais territórios, dando origem a uma onda de refugiados que foi se intensificando com o tempo.

É importante ressaltar aqui que antes da ONU propor resoluções, acordos foram negociados entre as partes em conflito, com a intermediação de alguns países do sistema internacional. No entanto, não chegaram a um consenso.

O último tópico analisa as ações internacionais, principalmente da ONU, perante o embate israel-palestino.

Para isso, começa-se abordando o orientalismo, definido por Edward Said como uma interpretação de diversos atores, seja do meio acadêmico, televisivo e

²³O movimento sionista que ocorreu anteriormente tinha como pretensão livrar os judeus do antissemitismo com a migração à Palestina. Atualmente, o movimento sionista prega o ódio aos árabes, não permite a fundação de um Estado Palestino, não se preocupa com a opinião da comunidade internacional e nem dos judeus e ainda tem como pretensão colonizar a Cisjordânia.

outros, da maneira que estes julgam ser os povos do Oriente. Muitos os interpretam de maneira errônea, o que faz seus compatriotas terem aversão à comunidade do Oriente, principalmente aos povos árabes. Já que o Ocidente tem uma certa repulsa à sociedade oriental graças à visão errônea que possuem do mesmo, o conceito apresentado por Said pode ser uma justificativa, em parte, para a inaplicabilidade das resoluções apresentadas pela ONU.

As resoluções propostas pela ONU para que a paz fosse alcançada entre os judeus e os palestinos, foram apresentadas em seguida. Ficou principalmente a cargo do Conselho de Segurança efetivar e pôr em prática as decisões tomadas pela ONU, porém, os interesses dos países com poder de veto no Conselho prevaleceram.

Finalmente, a última análise foi em torno do pedido da Autoridade Nacional Palestina para que fossem reconhecidos como membros da ONU. Todavia, os Estados Unidos afirmam que somente uma negociação bilateral entre os judeus e os palestinos é que levariam a solução do problema. Assim, outros países de extrema relevância no contexto internacional passaram a apoiar a opinião dos EUA. Nem todos concordam com isso, países como a China e a Rússia que compõem o Conselho de Segurança, são a favor da admissão da Palestina. Mas como uma decisão no Conselho deve ser aceita por todos, talvez nunca será possível que a Palestina venha a ser tornar um membro da ONU, pois não é de interesse norte-americano que isso se concretize.

Os motivos que levaram a Organização das Nações Unidas a falhar na sua atuação para solucionar o conflito entre os palestinos e os israelenses deve-se ao fato de não conseguir implementar suas resoluções. A autora Noeli Rodrigues, atenta para a veracidade de que “os principais fatores que interferiram nas negociações e conseqüentemente, na solução do contencioso na região, estão relacionados a interesses políticos e econômicos envolvendo Estados hegemônicos” (RODRIGUES, 2012, p. 91). Estes Estados tiveram grande influência nas deliberações da ONU, pois antes de tomarem um posicionamento, analisam os benefícios econômicos e políticos que podem ganhar com uma decisão.

Apesar da ONU ter um importante papel, esta se tornou secundária, pois não tem efetividade se um país do Conselho de Segurança não concordar com o que foi proposto. As Nações Unidas vêm perdendo sua essência por não considerar e

efetivar suas resoluções, pois os interesses dos países que integram o Conselho se sobrepõem aos da instituição.

Conforme Husek (2007) o direito de veto concedido aos membros do Conselho de Segurança suspende a legitimidade das ações tomadas pela ONU e os interesses dos novos países que passaram a integrar a instituição também não são contemplados.

Ao mesmo tempo, os cinco membros permanentes “não defendem os interesses universais das Nações Unidas, mas seus interesses próprios. Pois quando não é possível preservar seus interesses, esses Estados barganham o voto para conquistá-los” (RODRIGUES, 2012, p. 92). Pode ser que uma reforma institucional traga à ONU mais eficácia; porém, os membros permanentes do Conselho de Segurança devem estar de acordo com isso, pois se não estiverem, não será possível uma reestruturação.

Se o Conselho de Segurança fosse mais democrático no que se refere a considerar que todos os membros da ONU pudessem decidir sobre as determinações da instituição, talvez as Nações Unidas passassem a ser mais competente para pôr seus interesses em prática.

Contudo, a resposta para a questão deve-se ao fato de que a ONU não é eficiente e democrática, já que depende dos interesses dos países que compõem os cinco membros permanentes do Conselho; pois estes, ao não averiguarem benefícios políticos e econômicos que as resoluções da ONU podem trazer a si mesmos, não entram em ação para aplicar as recomendações.

Como o poder de veto impede que as decisões da ONU sejam postas em prática e os interesses dos cinco países membros do Conselho de Segurança sempre prevalecem diante dos interesses da ONU, algo deve ser feito para que a instituição seja mais eficiente.

Visto que o órgão precisa de uma maior representatividade, talvez uma possível solução para a reforma do Conselho seja que países de um continente por vez possam deliberar sobre as resoluções da ONU e executá-las. Esses membros decidirão sobre os interesses da ONU – ao invés dos cinco membros permanentes atuais – e devem ser rotativos – estar no cargo por um determinado período de tempo. Deste modo, possivelmente poderão trabalhar para levar adiante as propostas da ONU, pois os interesses dos cinco membros permanentes, que travam as resoluções da instituição, não serão contemplados. No entanto, não deve haver o

direito de veto, visto que o veto impede que as decisões sejam colocadas em prática.

A reestruturação da ONU pode ser uma solução para a sua incapacidade de agir, de modo que aumentasse sua eficácia em suas determinações. Dessa maneira, provavelmente a instituição começará a realmente trabalhar para encontrar uma saída ao conflito entre Israel²⁴ e Palestina, que estão em embate há mais de 65 anos. Todavia, como apresentado no começo deste trabalho, a reestruturação trata-se apenas de uma hipótese para uma resolução do conflito, e não que esta é uma real solução.

Desde a Guerra Fria a questão dos membros permanentes do Conselho de Segurança – órgão responsável por determinar a agenda da ONU – traz obstáculos às discussões formuladas pela ONU.

O contexto bipolar trazido pela Guerra Fria trouxe uma herança de entraves centrados nos vetos dos EUA e URSS. Mesmo após a queda do muro de Berlim, a predominância dos membros permanentes dificulta uma ação eficaz no contexto da ONU. Por isso, é necessária uma reestruturação da instituição, em particular à dinâmica do Conselho de Segurança.

Essas considerações contribuem para o estudo do tema; no entanto, o trabalho não tem como pretensão encerrar a pesquisa sobre o conteúdo. Este serve como mais um meio para que futuros questionadores do problema levantado possam se basear na ideias desta monografia.

²⁴O Estado de Israel nunca participou como membro temporário do Conselho de Segurança da ONU.

REFERÊNCIAS

- ANQUILAÇÃO do Povo Palestino: A Casa de Essáv. **CYOCAMINHO**, [201-?]. Disponível em: <<http://www.cyocaminho.com.br/EsauPalestinos.html>>. Acesso em 6 nov. 2015.
- AGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS DE ASSISTÊNCIA AOS REFUGIADOS DA PALESTINA. **Após 65 anos situação dos refugiados palestinos já deveria estar totalmente resolvida, diz ONU**. [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://unrwa.org.br/2014/11/apos-65-anos-situacao-dos-refugiados-palestinos-ja-deveria-estar-totalmente-resolvida-diz-onu/>>. Acesso em 2 nov. 2015.
- A QUESTÃO Palestina. **Objetivo**, [201-?]. Disponível em: <http://www.curso-objetivo.br/vestibular/roteiro_estudos/questao_palestina.aspx>. Acesso em 20 nov. 2015.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BRENER, Jayme. **Ferida Aberta: o Oriente Médio e a nova ordem mundial**. 3 ed. São Paulo: Atual, 1993.
- DESLOCANDO-SE através das fronteiras. **ACNUR**, [entre 2001 e 2015]. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>>. Acesso em 2 nov. 2015.
- FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO. **X fórum FAAP de discussão estudantil: guia de estudo**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.faap.br/forum_2014/pdfs/guia_de_estudos_2014_V8.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2015.
- GOMES, Aura Rejane. **A questão da Palestina e a fundação de Israel**. 2001. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- GRINBERG, Kelia. O mundo árabe e as guerras árabes-israelenses. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org.). **O século XX o tempo das dúvidas: Do declínio das utopias às globalizações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 97 - 131.
- HUSEK, Carlos Roberto. **A Nova (Des) Ordem Internacional**. ONU: Uma Vocação Para a Paz. São Paulo: RCS, 2007.
- LAMAS, Bárbara Gomes. Palestina e Israel: acordo de Camp David II e Mapa da Paz. **PUC**, Minas, 2004. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20050802162917.pdf>. Acesso em 1 out. 2015.

LOPES, Liana Araújo. **A Autoridade Palestina e a Resolução do Conflito com Israel**. 2007. 32 f. Tese (Livre docência) – Centro Brasileiro de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, 2007.

MANDATO sobre a Palestina – 1922. **USP**, [201-?]. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/mandato-sobre-a-palestina-1922.html>>. Acesso em 4 set. 2015.

MASSOULIÉ, François. **Os conflitos do Oriente Médio Século XX**. Tradução Isa Mara Lando. São Paulo: Ática, 1994.

MOVIMENTO de apoio à causa palestina é lançado na ONU. **Diário Liberdade**, 2013. Disponível em: <<http://www.diarioliberalidade.org/mundo/direitos-nacionais-e-imperialismo/43799-movimento-de-apoio-%C3%A0-causa-palestina-%C3%A9-lan%C3%A7ado-na-onu.html>>. Acesso em 20 nov. 2015.

PACTO da Sociedade das Nações. **PFDC**, [201-?] Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/PACTO_DA_SOCIEDADE_DE_DAS_NACOES.pdf>. Acesso em 2 set. 2015.

PILLA, Bruno. **O posicionamento do Brasil sobre o Oriente Médio no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1993 – 2005)**. 2011. 132 f. Dissertação (Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PINTO, Maria do Céu de Pinho Ferreira. **“Infiéis na terra do Islão”: os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão**. Lisboa: Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003.

RODRIGUES, Noeli. **A atuação da Organização das Nações Unidas no reconhecimento da Palestina e na solução do conflito árabe-israelense**. 2012. 109 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Curitiba, 2012.

SAID, Edward Wadie. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SENNA, Lorena Estrela de. **Israel e Palestina: aspectos históricos, táticos e a situação da paz**. 2008. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2008.

SMITH, Dan. **O atlas do Oriente Médio**. São Paulo: Publifolha, 2008.

STEVENS, Richard P. **American Zionism and U. S. Foreign Policy**. Beirut: Institute for Palestine Studies, 1962.

THEODOR (Binyamin Ze'ev) Herzl. **JEWISH VIRTUAL LIBRARY**, c2015. Disponível em:<<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/biography/Herzl.html>>. Acesso em 1 set. 2015.

TREIGNIER, Michel. **Guerra e paz no Oriente Médio**. São Paulo: Ática, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **SOI - Simulação de Organizações Internacionais**: guia de estudos. Natal, 2012. Disponível em: <<http://www.soi.org.br/upload/f1c7e462b9cb29999d1f590496e3e25d4b6035ffcf58674e5b84213d22cb1f20.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2015.

VILELA, Ney. **Irmãos Inimigos**: judeus e palestinos Lutam por Israel. 2. ed. São Carlos: Rima, 2004.

WEIR, Alison. The origins of the Israel lobby in the US. **CounterPunch.org**, 2014. Disponível em:<<http://www.counterpunch.org/2014/03/21/the-origins-of-the-israel-lobby-in-the-us/>>. Acesso em 7 set. 2015.

ZUCCHI, Luciano Kneip. As fronteiras estatais do Oriente Médio: Interferência ocidental no século XX. **Mundorama**, 2014. Disponível em:<<http://mundorama.net/2014/06/04/as-fronteiras-estatais-do-oriente-medio-interferencia-ocidental-no-seculo-xx-por-luciano-kneip-zucchi/>>. Acesso em 1 set. 2015.